



Lusa

Agência de Notícias de Portugal, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS 2010

Aprovado em Assembleia Geral
de 18 e 25 de março de 2011

ÍNDICE

A – RELATÓRIO DE GESTÃO	5
1. Introdução	5
2. Atividade editorial	6
3. Estrutura orgânica	9
4. Enquadramento regulamentar	10
5. Estratégia e objetivos	11
6. Evolução de negócios	12
7. Qualidade de serviço	14
8. Atividade internacional	14
9. Recursos humanos	16
10. Investimento	16
11. Inovação/Modernização	16
12. Análise económica e financeira	17
Principais indicadores	19
12.1. Demonstrações Financeiras e Anexos	20
Balanço em 31 de Dezembro de 2010 e 2009	20
Demonstração dos Resultados por Natureza para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009	22
Demonstrações dos Resultados por Funções para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010	23
Demonstração das Alterações no Capital Próprio para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 200	23
Demonstração das Alterações de Capital Próprio para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2010	23
Demonstração dos Fluxos de Caixa para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2010	24
12.2. Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2010	25
13. Proposta de Aplicação dos Resultados	50
B – ANEXOS	51
Anexo 1 – Relatório de governo da sociedade	51
Anexo 2 – Remunerações e outras regalias dos membros dos órgãos sociais .	56
Anexo 3 – Informação a constar no site do SEE	57
Anexo 4 – Gestão do risco financeiro	58
C – RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	61
D – CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	67
ADENDA AO RELATÓRIO E CONTAS	75

A - RELATÓRIO DE GESTÃO



1. Introdução

Em conjuntura recessiva e fortemente condicionada pelos constrangimentos impostos pela crise que afeta a generalidade da economia e em particular o setor dos media, a Agência Lusa tem vindo a resistir às adversidades do mercado e fecha o ano de 2010 com uma sensível melhoria dos resultados operacionais, apresentando um resultado líquido de 654.423,24 euros.

Tal desempenho fica a dever-se à capacidade revelada pela Agência no esforço desenvol-

vido e na sua afirmação perante os mercados para consolidar a vocação de produtora e distribuidora de conteúdos noticiosos a um alargado leque de clientes (media nacionais e internacionais, empresas e instituições diversas, de carácter público e privado) e a prestação ao Estado português de um serviço de interesse público relativo à informação dos cidadãos.

Não obstante a conjuntura adversa, agravada pela redução de 0,9 por cento do valor do contrato com o Estado, a Lusa aumentou os negócios com órgãos de comunicação, em-

Handwritten signature and initials

presas, mercado externo e até institucional o que lhe permitiu manter o volume de receitas de 2009.

Para a Lusa, 2010 foi o ano da consolidação de mais um ciclo de modernização. A adoção generalizada da convergência no processo produtivo de conteúdos noticiosos multimédia para múltiplas plataformas tem vindo a revelar-se um sucesso – reconhecido, aliás, pelas suas congéneres europeias: assim foi com a European Alliance of News Agencies, que atribuiu à Lusa o Prémio EANA de Excelência e Inovação.

A produção editorial da Agência registou em 2010 um aumento de 33 por cento na produção de conteúdos únicos, em relação ao ano anterior. O maior crescimento, 92 por cento, foi alcançado na produção áudio, seguindo-se a produção de vídeos e de gráficos e infografias, respetivamente com crescimentos de 31 e 23 por cento. Estes resultados refletem: a aplicação da nova versão V3 do sistema LUNA com melhorias evidentes na produtividade dos jornalistas; o investimento em formação multimédia ministrada à quase totalidade dos jornalistas da Lusa; e a distribuição de câmaras de vídeo e TV alargada praticamente a toda a rede da agência.

No âmbito do diálogo entre as agências noticiosas de língua portuguesa, em ordem à construção de um espaço lusófono global, merecem especial referência as ações desenvolvidas pela Lusa na Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no sistema Mundial, e a aproximação entre a Lusa e a ANGOP em diferentes ações, ao longo do ano, que culminaram com a assinatura em Lisboa de um protocolo de cooperação que amplia e projeta

para o futuro a colaboração entre as duas agências.

No capítulo de recursos humanos deve registar-se a adesão voluntária de 10 trabalhadores ao programa de pré-reformas iniciado em 2009, tendo em vista o desagravamento de custos com pessoal.

2. Atividade editorial

Enquanto agência global, a Lusa reforçou durante 2010 os instrumentos que a transformaram numa grande fornecedora multimédia de informação – em todas as plataformas – de órgãos de comunicação social, instituições e empresas espalhados pelos cinco continentes.

Fê-lo produzindo mais notícias e fotos e, sobretudo, cada vez mais vídeos, sons e infografias; sendo mais ágil e estando mais presente nos grandes acontecimentos mundiais, sejam eles o terramoto no Haiti, operações da NATO no Afeganistão ou as eleições presidenciais no Brasil; e, dentro do país, devem destacar-se os serviços sobre a visita do Papa Bento XVI a Portugal (uma cobertura que envolveu diretamente 70 jornalistas), as cimeiras da Nato e da EUA/EU em Lisboa.

Esta atividade editorial, que mais à frente se detalhará sucintamente, foi feita em quatro contextos:

1. O da segunda geração de formação multimédia, neste caso focada na escrita para TV e em técnicas de edição. Praticamente todos os jornalistas da Lusa, mesmo os que estão em locais mais remotos do mundo ou que têm simples ligações de trabalho à peça ou de avença, tiveram uma formação de cinco dias o que melhorou os

resultados da ação anterior realizada pela Universidade do Porto. Esta gigantesca operação de formação foi acompanhada pela distribuição de câmaras de vídeo e TV que, em dezembro de 2010, praticamente cobria toda a rede da agência.

2. Implementação, a partir do final de janeiro de 2010, do acordo ortográfico da língua portuguesa, uma mudança que se fez sem qualquer sobressalto junto dos cerca de 650 clientes da Lusa.
3. Renovação da formação em língua portuguesa feita pelo Ciberdúvidas, agora já não dirigida ao conjunto da redação mas às editorias específicas que, durante um mês e meio, veem o seu trabalho monitorizado pelos formadores, interagindo com eles em sessões de workshop.
4. O aumento da produção de infografias a distribuir, fazendo com que a Lusa seja o maior distribuidor de infografias animadas do país mas, também, a assunção de responsabilidades sérias nesse domínio, como foram a criação, gestão e alimentação de um site para a Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República. Este aumento de capacidade da Lusa foi acompanhado da realização de workshops para aquisição e ampliação de conhecimentos ao nível da conceção e produção de narrativas digitais e gráficos interativos para as várias plataformas web e mobile, com especialistas de renome mundial (Alberto Cairo, Aitor Eguinoa, Rafa Höhr, e Vu Nguyen), quer na redação de Lisboa, quer na redação do Porto, nos quais participaram a maioria dos responsáveis pela multimédia nos principais órgãos de comunicação portugueses.

Qualificação

No que diz respeito à actividade editorial, é fundamental realçar a qualificação e alargamento de âmbito dos múltiplos formatos de Agenda distribuídos pela Lusa. Na verdade, além do enorme crescimento do seu produto “core”, em 2010 a Lusa começou a distribuir agendas especializadas ou temáticas sobre atividades para crianças e para idosos, sobre férias, datas específicas como o Dia da Criança ou o Halloween, passagem de ano, Páscoa e principais acontecimentos do ano. Qualquer um destes formatos teve grande visibilidade junto dos clientes.

A Lusa forneceu também os clientes a partir de todos os palcos desportivos relevantes no ano de 2010, nomeadamente: Mundial de Futebol de África do Sul; Europeus de Atletismo em Barcelona; Mundial de Desporto Adaptado; Mundial de Canoagem; Mundial de Triatlo.

No ano da crise das dívidas soberanas, a Lusa teve, ainda, enviados especiais à Grécia, Irlanda e Hungria, entre muitas outras operações. Destas, em qualquer caso, destacam-se o acompanhamento do Presidente da República e do Primeiro-Ministro, em todas as suas visitas oficiais, dos ministros da Defesa e dos Negócios Estrangeiros e do secretário de Estado das Comunidades.

Foram também enviadas equipas a todas as eleições da CPLP, a acontecimentos como a 65.ª Assembleia-Geral da ONU ou manifestações culturais como a Bienal de Veneza, entre muitas mais.

Em território nacional, qualquer lista seria sempre exaustiva, pelo que simplesmente se assinala a cobertura das enxurradas na Madeira, um muito bom serviço prestado aos clientes.

cel


Para concluir, regista-se também a atribuição de três prémios a jornalistas da Lusa: dois prémios de fotografia e um atribuído a uma reportagem sobre a sociedade de informação.

Produção editorial

A produção editorial da Agência ascendeu a 226.995 conteúdos únicos, sendo a média diária de 621,9.

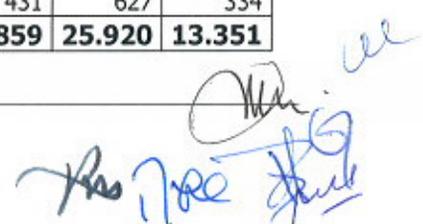
Tipo	2010		
	Nº (Ano)	Média/dia	Peso (%)
Fotos	31.021	85,0	13,7%
Conteúdos mistos	21.313	58,4	9,4%
Vídeos	13.500	37,0	5,9%
Notícias texto	133.364	365,4	58,8%
Outros conteúdos texto	5.698	15,6	2,5%
Áudio	14.852	40,7	6,5%
SMS	7.075	19,4	3,1%
Gráficos/Infografias	172	0,5	0,1%
Total	226.995	621,9	100,0%

Relativamente ao ano anterior regista-se um aumento de 33 por cento na produção anual de conteúdos.

Quanto à produção de conteúdos únicos em 2010, comparando com 2009, o maior crescimento verifica-se na produção áudio com 14.852 conteúdos o que representa uma variação positiva de 92%. Seguem-se a produção de vídeos e de gráficos e infografias, respetivamente, com crescimentos de 31% e 23%. De registar também o aumento de 6% na produção de texto. Finalmente, considera-se estável a produção de fotos e conteúdos mistos, com ligeiro crescimento em 2010, e de outros conteúdos texto onde se observa um ligeiro decréscimo.

O quadro abaixo reflete a produção noticiosa da Agência em 2010, comparativamente com a alcançada em 2009, agrupada segundo a classificação temática do IPTC (International Press Telecommunication Council) onde se inscreve a diversidade de assuntos tratados no fio noticioso da Lusa – notícias distribuídas – em valores que resultam da própria classificação temática.

Temas	Texto		Foto		Vídeo		Áudio	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Acidentes e Desastres	10.819	7.561	1.565	776	528	278	548	152
Ambiente	4.539	6.196	582	645	416	474	428	232
Artes, Cultura e Entretenimento	12.070	13.533	4.101	3.950	2.310	1.801	1.332	641
Ciência e tecnologia	1.717	2.360	193	225	213	245	231	124
Crime, lei e justiça	16.573	19.344	1.223	1.538	835	865	1.259	780
Desporto	28.844	27.701	9.696	8.819	2.176	2.145	1.337	892
Economia, Negócios e Finanças	51.136	47.483	2.836	3.536	4.153	2.556	5.396	1.878
Educação	4.488	5.242	621	759	550	494	712	368
Estilo de Vida e Lazer	3.181	3.753	406	770	385	403	219	109
Guerras e Conflitos	10.115	10.956	527	666	501	558	504	337
Interesse humano	3.078	4.233	746	1.143	329	447	202	165
Política	59.994	59.983	9.433	10.960	5.314	4.327	8.173	4.895
Religião	3.134	2.590	1.039	589	437	321	332	185
Saúde	6.395	9.975	418	802	483	617	956	499
Sociedade	23.757	25.819	842	1.091	2.584	2.161	2.574	1.198
Trabalho	6.741	7.184	742	523	845	736	1.090	562
Outros	10.710	10.958	709	747	538	431	627	334
Total	257.291	264.871	35.679	37.539	22.597	18.859	25.920	13.351



Tendo em conta que a mesma notícia pode ser classificada em vários temas, o número de notícias distribuídas não coincide, de fato, com o número de notícias produzidas.

Além da diversidade de conteúdos distribuídos pela Lusa, entre os 17 temas inscritos no quadro de temas, na página anterior, destacam-se a Política (23%), Economia (20%), Desporto (10%) e Sociedade (9%) que no conjunto representam 63% do texto noticioso distribuído pela Lusa. Comparando com 2009, este agrupamento de temas além de manter a liderança na distribuição de notícias/texto regista um crescimento de 3%.

Quanto à fotografia os temas de desporto (27%) e de política (26%) representam 53% da produção de fotos da Agência, mais 1% do que em 2009, havendo a salientar o facto de o número de fotos de desporto ter excedido o de política.

Estabilizada a produção de texto e de fotos, é nos setores de vídeo (19%) e de áudio (94%) que a produção da Lusa regista maiores variações positivas, crescimento que se mantém em linha com a tendência registada em 2009.

3. Estrutura orgânica

A organização da empresa está centrada na produção de conteúdos noticiosos, em torno das editorias, delegações e correspondentes, enquadradas pela Chefia da Redação e pela Direção de Informação.

A macroestrutura orgânica da empresa assenta no Presidente do Conselho de Administração (PCA), que é simultaneamente o administrador-delegado a quem compete a coordenação da atividade geral e a direção das relações institucionais e internacionais.

O apoio direto ao PCA é feito pelo Gabinete de Planeamento e Projetos Especiais, vocacionado para a conceção e acompanhamento de soluções relacionadas com a gestão e a coordenação dos projetos estruturantes ou transversais, e pela Secretaria – Geral que assegura a maior parte dos serviços corporativos.

Os restantes órgãos de estrutura de primeira linha são as quatro direções operacionais – Informação, que assegura a produção de conteúdos noticiosos; Comercial e de Marketing,

Organograma da macroestrutura e órgãos de estrutura de primeira linha



Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom right of the page.

que promove a venda de serviços e a sua imagem; Técnica, que controla a gestão dos sistemas de informação; e Administrativa e Financeira, que reúne as funções de contabilidade, tesouraria, informação de gestão, compras e recursos humanos.

A Lusa tem a Redação central em Lisboa e, atualmente, cinco delegações em território nacional e 11 no estrangeiro. Tem também correspondentes em todos os distritos de Portugal e em cerca de 30 países.

4. Enquadramento legal

Além da legislação em geral aplicável às sociedades comerciais e do regime jurídico do Setor Empresarial do Estado, a Lusa está sujeita a regulamentos próprios pelo facto de se inserir no Setor da Comunicação Social.

Entre outros, destacam-se os principais:

- Lei n.º 2/99, de 13 de janeiro, que aprovou a Lei de Imprensa com a última alteração pela Lei n.º 18/2003, de 11 de junho, que aprova o regime jurídico da concorrência e dá nova redação ao n.º 4 do artigo 4.º da Lei da Imprensa.
- Lei n.º 1/99, de 13 de janeiro, que aprovou o Estatuto do Jornalista e que foi alterada e republicada pela Lei n.º 64/2007, de 6 de novembro.
- Código Deontológico dos Jornalistas, aprovado em 4 de maio de 1993.
- Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, celebrado entre a empresa e o Estado Português a 31 de julho de 2007.

- Lei n.º 53/2005, de 8 de novembro, que cria a ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social.

- Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto e com a última alteração pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro.

- Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, com a última alteração operada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, que aprovou o estatuto do gestor público, nomeadamente o regime das incompatibilidades.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março, que estabelece os princípios de bom governo das empresas do setor empresarial do Estado.

- Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que estabelece o novo regime da contratação pública e que revogou o Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de março e o Decreto-Lei n.º 197/99.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2008, de 22 de abril que estabelece as orientações estratégicas do Estado destinadas à globalidade do setor empresarial do Estado.

- Código de Ética da Lusa aprovado pelo Conselho de Administração em 19 de dezembro de 2008, disponível em www.lusa.pt

- Acordo de Empresa entre a Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A., e o Sindicatos dos Jornalistas e outros, publicado no Boletim de Trabalho e Emprego n.º 15, de 22 de abril de 2009.

5. Estratégia e objetivos

O principal ativo da Lusa é a sua reputação enquanto agência de notícias credível e rigorosa, fortemente implantada em todo o território nacional e nos espaços de maior proximidade dos interesses portugueses no mundo.

A Agência tem uma visão clara sobre o seu papel, uma missão definida, e pauta a sua atividade, na comunidade em geral e internamente em todas as suas estruturas, por critérios de rigor.

Os objetivos estratégicos de curto e médio prazo estão delineados e têm sido concretizados.

Visão – A Lusa afirma a sua importância nacional e internacional, ajustando qualitativamente os seus serviços e a sua presença no território nacional e no espaço lusófono, no âmbito da circulação democrática e plural da informação noticiosa e no da defesa dos interesses estratégicos externos do Estado Português.

Missão – A Lusa, como única agência de notícias portuguesa de âmbito nacional, tem como objetivo a recolha e tratamento de material noticioso ou de interesse informativo, a produção e distribuição de notícias a um alargado leque de utentes (media nacionais e internacionais, empresas e instituições diversas de caráter público e privado) e a disponibilização, contratada com o Estado Português, de um serviço noticioso global orientado pelo interesse público e tendente a favorecer o exercício da cidadania.

Valores – Além do interesse público, os princípios que orientam a produção noticiosa da Lusa são: a clareza – facilmente inteligível; o rigor – equilíbrio, separação entre fatos e opiniões, identificação das fontes; isenção – autonomia, distanciamento e independência

perante os fatos e opiniões divulgados; a pluralidade – neutralidade perante as forças políticas, neutralidade e equilíbrio dos conteúdos emitidos, representação das forças e correntes políticas, ideológicas, culturais, sociais e religiosas existentes na sociedade; a fiabilidade – garantia de confiança; e a tempetividade da informação – produção e divulgação da informação quase em simultâneo com o tempo próprio da sua ocorrência.

Internamente, a todos os níveis da sua estrutura orgânica, e de acordo com o Código de Ética, a empresa fomenta os valores da clareza e da transparência, o rigor na utilização dos recursos disponíveis, a cooperação, o trabalho de equipa, a responsabilização individual, visando a realização pessoal e profissional de todos os seus colaboradores.

Posicionamento – O posicionamento da empresa no mercado decorre da análise que faz das suas principais vantagens comparativas, das suas debilidades, das oportunidades que identifica como potenciais desafios e dos constrangimentos que se colocam à sua atividade.

- Vantagens comparativas: a credibilidade dos seus serviços noticiosos, principalmente no seu mercado tradicional, as empresas de comunicação social; o fato de ser a única agência de notícias generalista portuguesa e de dimensão nacional e internacional, com funcionamento contínuo, 365 dias por ano; a sua forte implantação em todo o território nacional e no mundo lusófono.

- Debilidades: a imagem discreta que projeta para fora do seu mercado tradicional, a rigidez organizacional e a forte dependência do contrato de serviço público.

- Oportunidades: a necessidade crescente e premente de informação, sentida pelas organizações em geral e muito especialmente pelas

Handwritten signatures and initials in blue ink.

empresas; o dinamismo empresarial e o reforço da cooperação no espaço da lusofonia; a relativa facilidade da evolução para uma plataforma alargada de circulação de serviços informativos, além da mera difusão de notícias; o amadurecimento do mercado multimédia e a crescente procura de conteúdos digitais.

- **Constrangimentos:** a conjuntura económica desfavorável do setor da comunicação social, que nunca deixará de ser destinatário fundamental dos serviços da Agência; as hesitações e a retração dos negócios na área do multimédia.

6. Evolução de negócios

A análise da evolução dos proveitos obtidos por áreas de negócios continua a evidenciar uma forte dependência da empresa relativamente ao Estado, com a indemnização compensatória a representar cerca de 77 por cento do total de proveitos.

Tal fato decorre da prestação do serviço de interesse público contratado com o Estado, mas destinado à comunidade em geral, através dos órgãos de comunicação social regionais e locais e das comunidades portuguesas

radicadas no estrangeiro, bem como, de um modo geral, ao espaço da lusofonia.

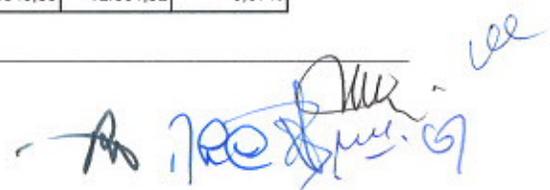
Mas a dependência do Estado é principalmente consequência da reduzida dimensão do mercado nacional e muito especialmente das conhecidas debilidades do setor da comunicação social, tradicionalmente o mercado das agências noticiosas (que representa ainda cerca de 50 por cento da atividade comercial da Lusa), se bem que agora suportada em diversos formatos e em publicações online.

O mercado da comunicação social é pequeno e caracteriza-se como gerador de reduzido número de novos títulos, sendo certo que os já existentes confrontados com a necessidade de investirem em novas plataformas de informação, procuram controlar fortemente os seus custos.

Não obstante a conjuntura adversa, fortemente agravada durante o último ano pela diminuição de 0,9% do valor do contrato com o Estado, a Lusa logrou crescer em negócios realizados com grandes órgãos de comunicação social, empresas, mercado externo, e institucional que não o contrato com o Estado, permitindo manter o nível de receitas do período homólogo, conforme o quadro seguinte:

(Valores em Euros)

ÁREAS DE NEGÓCIOS	2010	2009	VARIÇÃO 2010 / 2009	
			VALOR	%
GRANDES ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	1.986.813,90	1.831.897,54	154.916,36	8,46%
PEQUENOS ÓRGÃOS DE C. SOCIAL	335.970,79	375.398,96	-39.428,17	-10,50%
EMPRESAS	953.952,77	940.950,86	13.001,91	1,38%
INSTITUCIONAL	15.373.915,35	15.501.482,59	-127.567,24	-0,82%
Contrato com o Estado	14.718.605,23	14.852.275,78	-133.670,55	-0,90%
Outros	655.310,12	649.206,81	6.103,31	0,94%
GRANDE PÚBLICO	17.673,61	21.716,86	-4.043,25	-18,62%
OUTROS	101.228,06	110.658,55	-9.430,49	-8,52%
SUBTOTAL	18.769.554,48	18.782.105,36	-12.550,88	-0,07%
MERCADO EXTERNO	443.647,93	418.435,53	25.212,40	6,03%
TOTAL	19.213.202,41	19.200.540,89	12.661,52	0,07%



Não obstante a conjuntura de crise, em 2010 a Lusa logrou conseguir novos clientes e gerar novos serviços Multimédia de Vídeo e Infografia.

Em março de 2010 iniciou-se o projeto Europhoto, um consórcio de Agências Europeias, financiado pela União Europeia e que visa a recuperação de arquivos históricos de fotos, que possam constituir um acervo importante para a História da Europa. Este projeto consiste na recuperação, digitalização, tratamento de dados e disponibilização à investigação de cerca de 15.000 fotos do Arquivo mais antigo da Lusa (atualmente ainda em negativos).

Clientes e serviços

A Lusa continuou durante o ano de 2010 a sua estratégia comercial e de marketing que essencialmente se baseia nos seguintes princípios orientadores:

Fidelização dos clientes existentes; procurar encontrar novas abordagens de relações comerciais com os antigos clientes, de forma a conseguir apoiá-los nas dificuldades económicas que manifestam e a continuar a prestar-lhes um bom serviço; prospeção de novos potenciais mercados especialmente nas novas plataformas multimédia; prospeção de novos produtos que se adaptem às novas necessidades e novas tecnologias, solicitados pelos nossos principais clientes; política de preços e produtos adequada ao mercado; diferentes e melhores meios de distribuição, com menos custos; adaptação dos produtos ao mercado especialmente aos pequenos nichos de mercado e aos meios mais especializados.

Prestação de serviços

A Lusa manteve inalterada a sua carteira de clientes conseguindo, assim, o objetivo prioritário de fidelização dos clientes.

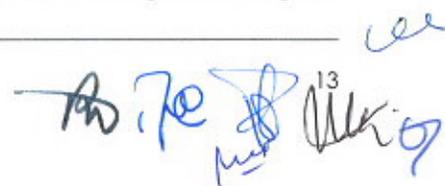
Com a saturação de mercado na área Grandes Órgãos de Comunicação Social e dos Pequenos Órgãos de Comunicação Social, a Lusa iniciou a conquista dos mercados emergentes da área da Internet e multimédia.

Estes Mercados têm vindo a ser analisados de forma a identificar as suas necessidades e capacidades financeiras para aquisição dos novos produtos. O Vídeo instalou-se definitivamente como uma área de média produção e com crescimento de vendas sustentável.

A área Internet está a consolidar-se e a apostar em produtos informativos, em vários suportes e está a demonstrar algumas capacidades de obtenção de maiores receitas nessa área.

A Lusa tem, neste momento, como clientes quase 100% do mercado de sites e portais que contêm informação noticiosa generalista e iniciou em 2009 com o conseqüente crescimento em 2010 deste mercado, em áreas mais especializadas - trabalho, saúde, economia e desporto.

Os serviços dirigidos a sites e portais, a utilização dos conteúdos da Lusa em plataformas multimédia e os produtos audiovisuais, constituem uma das mais importantes vertentes do negócio da LUSA que, nomeadamente, se traduzem no crescimento de solicitações de Serviços Especiais, nas áreas da LUSA TV e das crónicas de enviados especiais telefonadas para estações de TV e rádios; coberturas noticiosas de eventos importantes para



venda direta a vários clientes, utilizando, com particular incidência a nossa rede de delegados e correspondentes internacionais.

As vendas dos serviços tradicionais não registaram evolução, em comparação com os anos anteriores, também porque essa área de negócio tem vindo a perder alguma influência do mercado, com a redução de vendas dos jornais e inclusive o encerramento de alguns títulos (caso do 24 Horas e de vários pequenos jornais regionais).

A Lusa conseguiu também algum crescimento nas vendas de serviços dirigidos a determinados mercados, de serviços temáticos e de serviços específicos para a área empresarial.

No mercado Institucional, a situação em 2010 foi de retração e apesar de algumas ações de prospeção o resultado foi pouco significativo. No entanto, a Lusa manteve a maioria dos clientes e conseguiu uma importante parceria com a Comissão para as Comemorações do Centenário da República, com a produção de uma aplicação específica e de conteúdos para a mesma. Também uma parceria com a Parque Expo permitiu à LUSA a cobertura da Expo Xangai, para todos os Órgãos de Comunicação Social nacionais com os custos de deslocação e estadias suportadas por essa entidade

Em 2010, nos serviços tradicionais da Lusa, em todas as áreas de negócio do Mercado Nacional, as vendas apresentaram um crescimento de cerca de 100.000 €, relativamente a 2009.

Também em 2010 a Agência manteve os contratos de Macau que proporcionam receitas consideráveis e a fidelização desses clientes, e iniciou-se um novo processo contratual com

o Gabinete de Comunicação Social de Macau, que aportou novas receitas.

O Mercado Externo, onde se englobam as receitas do mercado lusófono e de Macau cresceu cerca de 6%, com receitas totais de cerca de 450.000 €.

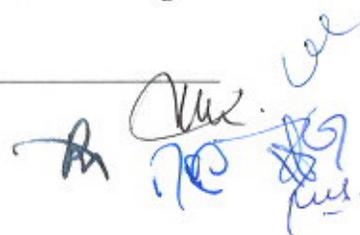
7. Qualidade de serviço

A qualidade dos serviços prestados pela Lusa, nos termos da Cláusula Sexta do Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, celebrado entre o Estado e a Lusa, em 31 de julho de 2007, é monitorizada pelo Gabinete para os Meios de Comunicação Social que, para o efeito e sobre o assunto, produz dois relatórios semestrais com base numa grelha de avaliação da qualidade dos serviços e através de um inquérito aos clientes.

O rigor e a qualidade do trabalho produzido pela Lusa são assinalados em testemunhos do Gabinete para os Meios de Comunicação Social e, em geral, pelos clientes da Agência que destacam, em primeiro lugar, o rigor e a isenção das notícias e a distribuição rápida dos serviços noticiosos. Nas restantes áreas da atividade da Lusa realçam a fiabilidade e a rapidez da informação prestada.

8. Atividade internacional

A Lusa prosseguiu em 2010 a afirmação da sua presença no espaço da lusofonia e nos países onde essa presença é exigida por força do Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, celebrado entre a empresa e o Estado Português a 31 de julho de 2007.



A reanimação do diálogo entre as agências noticiosas de língua portuguesa e a sua projeção futura constituíram um dos eixos fundamentais das relações externas da Lusa.

Neste âmbito, salienta-se a participação do PCA da Lusa, Dr. Afonso Camões, na Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial (25-27 março) onde propôs a criação de uma agência lusófona global aos governantes e aos responsáveis das agências de notícias dos países da CPL.

A afirmação da Lusofonia saiu também reforçada pela aproximação entre a Lusa e a ANGOP operada em 2010 em diversas reuniões de trabalho que culminaram com a assinatura em Lisboa (7 dezembro) de um protocolo de cooperação assinado pelos presidentes das duas agências, o qual amplia o âmbito e atualiza o antigo documento que vigorava desde 1992.

Para a assinatura do protocolo concorreram a visita (em junho) do PCA da Lusa a Luanda, onde além de ter participado em reuniões de trabalho com o presidente da ANGOP, Dr. Manuel Domingos da Conceição, foi recebido pela Ministra da Comunicação Social de Angola, Dra. Carolina Cerqueira.

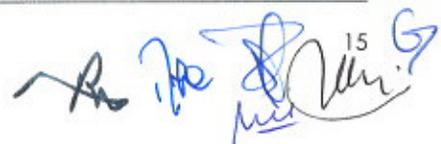
A abordagem das relações entre a ANGOP e a Lusa, nos domínios da formação profissional e da cooperação técnica prosseguiu na sede da Agência em Lisboa (7 dezembro) com a visita à Lusa da Ministra da Comunicação Social de Angola, Dra. Carolina Cerqueira, e a posterior reunião de trabalho do PCA e de altos quadros da Lusa com o Dr. Manuel da Conceição e Dra. Luísa Damião, respetivamente, Presidente e Administradora da ANGOP.

A Lusa ganhou o “Prémio de Excelência e Qualidade de Trabalho 2010” atribuído pela EANA – European Alliance of News Agencies. O prémio, entregue em Génova (24 setembro) significa o reconhecimento da EANA pelo trabalho de modernização e de inovação da Lusa na convergência de noticiário multimédia em múltiplas plataformas.

A excelência da Lusa, nomeadamente pela inovação demonstrada através da sua afirmação como agência multimédia, foi reconhecida pelas suas congéneres europeias na Conferência anual da EANA – European Alliance of News Agencies Budapeste (5 de maio).

No âmbito das relações internacionais, em 2010, devem ainda destacar-se as seguintes ações:

- Participação na 19.^a Assembleia-Geral da Alliance of Mediterranean News Agencies (AMAN) em Marselha (27-29 junho).
- Visita do PCA da Lusa à Agência Maghreb Árabe Press - MAP (Marrocos) (21 a 27 maio) para promover o relacionamento entre as duas agências tendo em conta as oportunidades oferecidas pelo ultimo Acordo de Cooperação concluído entre a MAP e a Lusa, em Rabat, no dia 24 de julho de 2006.
- Visita à Lusa de uma delegação argelina no âmbito da Cimeira Luso-Argelina (8-9 novembro) e assinatura de protocolo entre a Lusa e a Algérie Press Service (Oeiras, 9 novembro).
- Visita à Lusa do Embaixador da República da Tunísia em Lisboa, Dr. Mahmoud Karoui (29 novembro) para abordagem das perspetivas e formas de desenvolvimento da cooperação entre a Lusa e a Tunis Afrique Press (TAP).



Chairman da EPA European Pressphoto Agency

A Assembleia de Acionistas da EPA (Amesterdão, 24 de junho) elegeu José Manuel Barroso Chairman da EPA, numa clara manifestação de confiança e apreço pela evolução e desenvolvimento da Lusa e, também, pela ação realizada no seio da cooperativa em ordem ao estabelecimento de pontes e consensos entre os seus membros.

Além da normal participação da Lusa nas atividades da EPA, a Lusa acolheu uma reunião do Board da EPA em Lisboa (4 de março) e organizou, também, em Lisboa, a reunião do Comité Editorial da EPA (6-7 maio).

9. Recursos humanos

Em 31 de dezembro de 2010, a Agência tinha 294 trabalhadores, dos quais 278 no quadro de efetivos e 16 com contrato a termo. Entre os 278 trabalhadores no quadro de efetivos incluem-se 6 requisitados e 33 em pré-reforma. O efetivo médio foi de 254.

Do efetivo total, 37,76 por cento dos trabalhadores têm menos de 40 anos de idade (compara com 41,31 por cento em 2009); 16,67 por cento trabalham na Lusa há menos de dez anos (compara com 42,02 por cento em 2009); e 53 por cento são homens.

O grupo profissional mais expressivo é, obviamente, o dos jornalistas com 228 elementos.

Programa de pré-reformas

No âmbito do plano de pré-reformas, iniciado em 2009, para o universo de trabalhadores da Agência com idade superior a 55 anos, ao programa de reformas antecipadas aderiram, em 2010, voluntariamente 10 trabalhadores.

10. Investimento

O investimento em 2010 atingiu 288 mil euros, o que representa um crescimento de 4,3% em relação ao período homólogo, não considerando o investimento realizado em 2009 com a aquisição da fração do rés-do-chão do edifício sede.

O investimento foi essencialmente aplicado em desenvolvimentos dos sistemas de produção e difusão do serviço da Lusa, e em equipamento para o projeto multimédia.

11. Inovação/Modernização

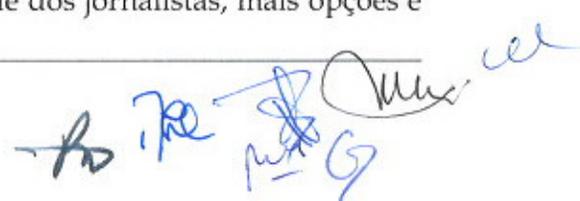
A Lusa prosseguiu a atividade no campo da inovação/modernização através do envolvimento em diferentes projetos que lhe permitiram o reconhecimento de excelência da EANA com o prémio que lhe atribuiu (cf. página 5 deste relatório).

Em 2010 as ações de inovação/modernização na Lusa tiveram como expressão mais relevante:

- Desenvolvimento de duas aplicações móveis para smartphones, com a marca Lusa – para equipamentos iPhone e Android – com as notícias e fotos produzidas pela Lusa na sua linha Internet. Tais aplicações estão disponíveis para venda com marca branca aos clientes.

- Projeto de mudança do *site* público da Lusa, que deverá ser colocado em produção no primeiro trimestre de 2011.

- Aplicação da nova versão V3 do sistema LUNA, sem perturbação do normal funcionamento da agência. Esta nova versão trouxe melhorias evidentes e comprovadas a vários níveis, nomeadamente na nova interface, produtividade dos jornalistas, mais opções e



flexibilidade, pesquisas, *instant messaging*, mais funcionalidades na Agenda, além de outras vantagens técnicas ao nível da base de dados.

A Lusa prosseguiu, igualmente, a sua participação em projetos europeus em que está envolvida - CASAM e eMPWER:

- O Projeto CASAM entrou no seu terceiro e último ano de vida. Trata-se de um projeto de investigação para anotação semi-automática de conteúdos multimédia, subsidiado pela Comissão Europeia (CE) e realizado por consórcio que, além da Lusa, inclui organizações de vários países, como sejam empresas de comunicação social, universidades, centros de investigação e empresas de tecnologia.

- O Projecto eMPower entrou no segundo e último ano de vida. Visa a criação de mecanismos, como petições eletrónicas, que facilitem e potenciem a participação dos cidadãos e das ONG (Organizações Não-Governamentais) nas decisões/políticas nacionais e europeias, sobretudo as relacionadas com o ambiente. Neste projeto a Lusa está em consórcio com outras agências de notícias, ONG's e empresas de tecnologia de três países europeus (Portugal, Grécia e Itália).

No último trimestre de 2010, a Lusa integrou o Projeto Puzzled-by-Policy, também cofinanciado pela CE e com a duração de três anos. Este projeto tem como objetivo a e-democracia, em particular através do alargamento da discussão sobre temas de migração e emigração em todos os países europeus, com o uso de plataformas eletrónicas específicas. A Lusa é responsável pela disseminação do projeto e dos seus resultados.

12. Análise económica e financeira

Situação Económico-Financeira

A análise económico-financeira que se apresenta sintetiza os resultados alcançados pela Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A. no ano de 2010 e a situação patrimonial e financeira no final do exercício.

Proveitos

O total de proveitos e ganhos ascendeu a 19,6 milhões de euros, o que traduz um acréscimo de 96 mil euros (+0,5%) relativamente a 2009, resultante, sobretudo, dos seguintes aspetos:

- Aumento de 12 mil euros (+0,1%) nas prestações de serviços, por via da interação entre o decréscimo de 134 mil euros na Indemnização Compensatória (-0,9%), determinado de acordo com o definido contratualmente com o Estado, e o crescimento de 146 mil euros no valor global das outras prestações de serviços;
- Acréscimo de 18 mil euros (+23,6%) nos subsídios à exploração, por efeito dos subsídios atribuídos no âmbito dos projetos eMPower, Europhoto e Puzzled-by-policy e do apoio financeiro recebido no âmbito da comemoração do I Centenário da República;
- Reversões de dívidas de clientes, no montante total de 57 mil euros;
- Aumento de 6 mil euros (+3,1%) nos outros rendimentos e ganhos.

Custos

O total de custos e perdas ascendeu a 18,6 milhões de euros, refletindo uma diminuição de 165 mil euros (-0,9%), em relação ao período homólogo, como resultado das seguintes variações:



- Acréscimo de 250 mil euros (+5,5%) nos fornecimentos e serviços externos, sobretudo por efeito dos gastos incorridos com honorários (consultor técnico para a área multimédia e formador em TV), com conservação e reparação, nomeadamente com as obras nas novas instalações do Porto e com o contrato de manutenção de hardware no âmbito do sistema de produção da redação e com correspondentes nacionais;
- Aumento de 49 mil euros (+0,4%) nos gastos com o pessoal, pelo efeito conjugado de admissões, demissões e ajustamentos ocorridos em 2009 e 2010, da aplicação do novo Acordo de Empresa, do lançamento de um programa de pré-reformas e de indemnizações por rescisão amigável de contrato de trabalho;
- Diminuição de 253 mil euros (-28%) nos gastos de depreciação e de amortização, por via do investimento totalmente amortizado em 2009 e 2010;
- Redução de 48 mil euros (-26,4%) nas perdas por imparidade, na rubrica "Ajustamentos de dívidas a receber";
- Decréscimo de 106 mil euros (-22,4%) nos outros gastos e perdas, efeito da evolução favorável observada nas correções relativas a períodos anteriores e nos serviços bancários;
- A redução de 54 mil euros (-36%) nos gastos e perdas de financiamento resultou fundamentalmente da diminuição nos juros com empréstimos bancários e do pagamento, até setembro de 2009, dos juros vincendos do pró-rata.

Resultados

O resultado líquido foi positivo e na ordem de 654 mil de euros, por efeito de:

RESULTADOS	(Milhares de Euros)		
	2010	2009	VAR.
Operacionais	1.093	886	207
Financiários	-89	-143	54
Antes de impostos	1.004	743	261
Líquidos	654	466	188

Situação Patrimonial e Financeira

O ativo líquido, na ordem dos 18,6 milhões de euros, registou um acréscimo de 615 mil euros em relação a 31 de dezembro de 2009, explicado sobretudo pelo aumento verificado nos depósitos a prazo e nas dívidas de clientes conta-corrente.

O capital próprio evidenciou um crescimento na ordem de 341 mil euros, por efeito do resultado líquido do exercício, de ajustamentos de transição e da distribuição de dividendos.

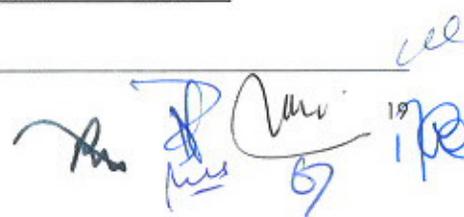
O aumento evidenciado pelo passivo, na ordem de 274 mil euros, é explicado fundamentalmente pelo acréscimo observado nas dívidas a fornecedores conta-corrente, a fornecedores de investimentos e ao Estado (IRC e IVA).

(Milhares de Euros)			
BALANÇO	2010	2009	VAR.
Ativo não corrente	8.833	9.242	-409
Inventários	2.256	2.314	-57
Dívidas de terceiros	4.462	4.195	268
Diferimentos	347	334	13
Caixa e depósitos bancários	2.704	1.904	801
TOTAL DO ACTIVO	18.603	17.988	615
CAPITAL PRÓPRIO	8.624	8.283	341
PASSIVO:	9.979	9.705	274
Passivo não corrente	323	5.411	-5.088
Dívidas a terceiros	9.617	4.288	5.329
Diferimentos	39	6	33
TOTAL	18.603	17.988	615

Principais indicadores

<i>Indicadores económico-financeiros</i> (Unidade: Milhares de euros)	2010	2009	Δ% 10/09
Proveitos operacionais	19.560	19.465	0
EBITDA	1.818	1.971	-8
Resultado operacional	1.093	886	23
Resultado líquido	654	466	40
Resultado líquido por acção (euro)	0,31	0,22	40
VAB	14.319	14.552	-2
Investimento	300	889	-66
Margem EBITDA	9%	10%	-1 p.p.
Margem Operacional	6%	5%	+1 p.p.
Margem líquida	3%	2%	+1 p.p.
VAB / Efectivo médio (euro)	56.374	53.304	6
Activo líquido	18.603	17.988	3
Capital próprio	8.624	8.283	4
Capital social	5.325	5.325	-
Rendibilidade do Capital Próprio (ROE)	8%	6%	+2 p.p.
Liquidez Geral	99%	196%	-97 p.p.
Autonomia Financeira	46%	46%	0 p.p.
Solvabilidade	86%	85%	+1 p.p.
Cobertura do imobilizado	99%	146%	-47 p.p.
Recursos humanos	2010	2009	Δ% 10/09
Número de trabalhadores a 31 de dezembro	294	288	2,08%
Jornalistas	228	219	4,11%
Assessores	5	7	-28,57%
Técnicos Superiores	15	15	0,00%
Assistentes Administrativos	35	36	-2,78%
Assistentes Técnicos	3	3	0,00%
Pessoal de apoio	8	8	0,00%
Efectivo médio	254	273	-6,96%
Produção de notícias	2010	2009	Δ% 10/09
Áudio *	14.852	7.733	92,06%
Conteúdos mistos	21.313	20.082	6,13%
Fotos	31.021	30.882	0,45%
Gráficos	172	139	23,74%
Notícias texto	133.364	125.129	6,58%
Outros conteúdos texto *	5.698	6.030	-5,51%
Vídeos *	13.500	10.287	31,23%
SMS	7.075	10.454	-32,32%
Total	226.995	210.736	7,72%

* Início da produção no 2º semestre de 2008;

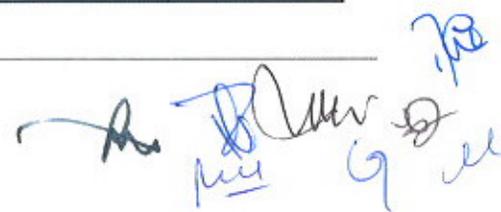


 cee
 19/10

12.1. Demonstrações Financeiras e Anexos

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

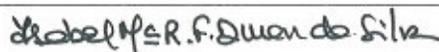
RUBRICAS	NOTAS	DATA	
		2010	2009
(valores expressos em euros)			
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis			
Terrenos e recursos naturais	7	1.795.163,67	1.795.163,67
Edifícios e outras construções	7	6.355.401,33	6.526.392,33
Equipamento básico	7	259.476,65	297.058,68
Equipamento de transporte	7	12.144,58	26.694,25
Equipamento administrativo	7	17.444,02	18.816,44
Ferramentas e utensílios	7	167,50	234,50
Novos projetos	7	237.480,73	424.767,64
Outros não especificados	7	4.774,83	11.450,50
Subtotal ativos fixos tangíveis		8.682.053,31	9.100.580,01
Ativos fixos tangíveis em curso	7	64.663,74	12.000,00
Ativos intangíveis			
Trespasse (<i>goodwill</i>)	8	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	8	0,00	0,00
Programas de computador	8	0,00	0,00
Outros ativos intangíveis	8	0,00	0,00
Subtotal ativos intangíveis		0,00	0,00
Particip. financeiras - método da equiv. patrimonial			
Sucursal do Brasil		0,00	0,00
Participações financeiras - outros métodos			
EPA	8	80.000,14	80.000,14
Visapress	8	5.000,00	0,00
Subtotal participações financeiras - outros métodos		85.000,14	80.000,14
Ativos por impostos diferidos	6	1.099,12	1.099,12
Total do ativo não corrente		8.832.816,31	9.193.679,27
Ativo corrente			
Inventários			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	9	26.045,81	24.155,05
Sub-produtos, desperdícios, resíduos e refugos	9	2.230.196,73	2.289.360,69
Subtotal inventários		2.256.242,54	2.313.515,74
Clientes			
Clientes c/c	10	2.414.654,36	1.985.345,30
Clientes - títulos a receber	10	0,00	0,00
Clientes - cobrança duvidosa	10	17.831,45	92.877,99
Subtotal clientes		2.432.485,81	2.078.223,29
Adiantamentos a fornecedores			
	11	0,00	1.864,01
Estados e outros entes públicos			
Imposto sobre o rendimento	11	0,00	151.405,14
Pagamentos por conta	11	0,00	2.786,18
Retenções efetuadas por terceiros	11	0,00	0,00
IVA	11	0,00	0,00
Outras contribuições	11	0,00	0,00
Subtotal Estado e outros entes públicos		0,00	154.191,32
Acionistas/sócios			
		0,00	0,00
Outras contas a receber			
Fornecedores c/c	11	651,24	409,66
Fornecedores de investimentos	11	0,00	5.857,44
Adiantamentos a fornecedores de investimentos	11	0,00	84,58
Pessoal	11	164.794,35	62.202,08
Outros devedores de cobrança duvidosa	11	136,78	136,78
Devedores por acréscimos de rendimentos	11	1.621.760,92	1.620.429,24
Outros devedores diversos	11	242.582,87	244.068,39
Subtotal outras contas a receber		2.029.926,16	1.932.988,17
Diferimentos			
Gastos a reconhecer	11	347.326,23	334.155,80
Caixa e depósitos bancários			
Depósitos bancários			
À ordem	4	277.171,04	268.586,44
Outros	4	2.350.000,00	1.580.000,00
Caixa	4	77.289,38	55.343,93
Subtotal caixa e depósitos bancários		2.704.460,42	1.903.930,37
Total do ativo corrente		9.770.441,15	8.718.868,70
TOTAL DO ATIVO		18.603.257,46	17.912.547,97

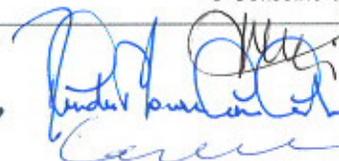
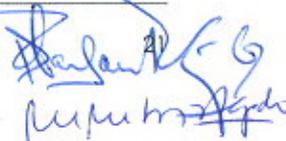


RUBRICAS	NOTAS	DATA	
		2010	2009
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital	12	5.325.000,00	5.325.000,00
Ações (quotas) próprias		0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas			
Reservas legais	12	334.936,31	311.621,00
Outras reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	2.4/12	1.473.388,17	1.267.956,65
Ajustamentos em ativos financeiros		0,00	0,00
Excedentes de reval. de ativos fixos tangíveis e intangíveis			
Antes de imposto sobre o rendimento	12	1.008.288,31	1.008.288,31
Impostos diferidos	12	(172.680,99)	(177.087,25)
Outras variações no capital próprio			
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	2.4/12	902,20	886,07
Resultado líquido do período		7.969.834,00	7.736.664,78
		654.423,24	465.420,11
Total do capital próprio		8.624.257,24	8.202.084,89
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	17.3	100.000,00	109.975,96
Financiamentos obtidos			
Empréstimos bancários	13	0,00	5.017.291,50
Locações financeiras	15	50.236,89	106.399,05
Subtotal financiamentos obtidos		50.236,89	5.123.690,55
Passivos por impostos diferidos	16	172.680,99	177.087,25
Outras contas a pagar		0,00	0,00
Total do passivo não corrente		322.917,88	5.410.753,76
Passivo corrente			
Fornecedores	14	568.606,52	331.768,38
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos			
Imposto sobre o rendimento (IRC)	16	160.142,38	81.766,28
Retenção de impostos sobre rendimentos (IRS)	16	267.330,22	253.238,08
IVA	16	874.195,68	783.874,15
Outros impostos (imposto do selo)		0,00	0,00
Contribuições para a segurança social	16	405.823,77	442.073,89
Tributos das autarquias locais	16	6.809,76	6.662,73
Outras tributações		0,00	0,00
Subtotal Estado e outros entes públicos		1.714.301,81	1.567.615,13
Acionistas/sócios	16	54.464,56	0,00
Financiamentos obtidos			
Empréstimos bancários	13	5.017.291,50	387.305,46
Descobertos bancários		0,00	0,00
Locações financeiras	15	98.938,29	105.485,42
Outros financiadores	13	0,00	3.101,48
Subtotal financiamentos obtidos		5.116.229,79	495.892,36
Outras contas a pagar			
Fornecedores de investimentos	14	129.314,34	0,00
Credores por acréscimos de gastos	16	1.797.660,45	1.714.231,49
Pessoal	16	13.246,03	22.017,15
Outros credores diversos	16	223.669,93	162.225,33
Subtotal outras contas a pagar		2.163.890,75	1.898.473,97
Diferimentos			
Rendimentos a reconhecer	16	38.588,90	5.959,48
Total do passivo corrente		9.656.082,33	4.299.709,32
Total do passivo		9.979.000,21	9.710.463,08
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		18.603.257,46	17.912.547,97

A Técnica Oficial de Contas

O Conselho de Administração



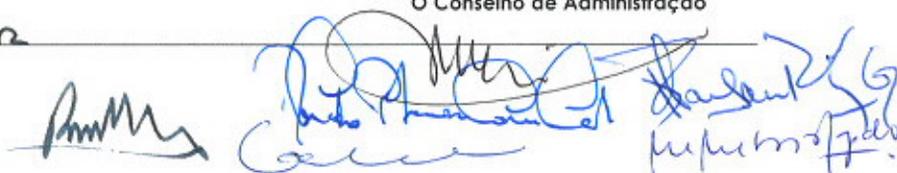
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODO	
		2010	2009
(valores expressos em euros)			
Vendas e serviços prestados			
Contrato com o Estado	20	14.718.805,23	14.852.275,78
Outras	20	4.494.697,18	4.348.265,11
Subtotal vendas e serviços prestados		19.213.202,41	19.200.540,89
Subsídios à exploração	21	91.891,15	74.347,98
Ganhos/perdas imputados de subsid., assoc. e empreend. conjuntos		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	22	(103.890,65)	(108.201,62)
Fornecimentos e serviços externos	23	(4.790.343,04)	(4.540.244,54)
Gastos com o pessoal			
Remunerações dos órgãos sociais	24	(133.477,08)	(152.748,75)
Remunerações do pessoal	24	(9.845.301,52)	(9.805.896,97)
Encargos sociais e outros	24	(2.442.750,95)	(2.414.529,22)
Subtotal gastos com o pessoal		(12.421.529,55)	(12.372.874,94)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	17.1	(59.163,96)	(59.163,96)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Clientes	17.1	(17.320,11)	(122.046,99)
Outros devedores		0,00	0,00
Subtotal imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		(17.320,11)	(122.046,99)
Provisões (aumentos/reduções)	21	2.171,66	0,00
Outros rendimentos e ganhos			
Rendimentos suplementares	21	15.617,76	12.842,76
Descontos de pronto pagamento obtidos	21	17.691,98	16.400,12
Ganhos em inventários	21	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em subsid., assoc. e empreend. conjuntos	21	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros			
Alienações	21	5.033,00	671,51
Sinistros	21	2.085,21	804,70
Outros		0,00	0,00
Outros			
Correções relativas a exercícios anteriores	21	74.903,61	61.677,15
Excesso de estimativa para impostos	21	623,30	0,00
Descontos	21	33.960,75	42.019,66
Diferenças de câmbio favoráveis	21	21.943,85	12.526,62
Reembolsos diversos	21	9.420,02	13.089,82
Diversos	21	14.958,12	29.360,26
Diferenças de conversão favoráveis		0,00	0,00
Subtotal outros rendimentos e ganhos		196.237,60	189.392,60
Outros gastos e perdas			
Impostos	21	(87.506,20)	(89.092,93)
Perdas em inventários	21	0,00	(433,55)
Gastos e perdas em subs., assoc. e empreend. conjuntos		0,00	0,00
Gastos e perdas em investimentos não financeiros			
Alienações		0,00	0,00
Sinistros	21	(46,28)	0,00
Abates	21	(1.281,94)	(4.349,34)
Outros		0,00	0,00
Outros			
Correções relativas a exercícios anteriores	21	(153.587,65)	(188.984,62)
Donativos		0,00	0,00
Quotizações	21	(30.747,40)	(15.676,76)
Ofertas e amostras de inventários		0,00	0,00
Insuficiência da estimativa para impostos	21	(1.253,06)	(303,66)
Perdas em investimentos financeiros		0,00	0,00
Despesas não documentadas	21	(438,88)	(2.070,18)
Outros não especificados			
Serviços bancários	21	(58.141,63)	(78.937,35)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	21	(12.446,00)	(17.921,16)
Subsídios de alimentação de estagiários	21	0,00	(5.022,84)
Multas e penalidades	21	(7.089,98)	(71,12)
Diversos	21	(14.737,88)	(69.215,12)
Diferenças de conversão desfavoráveis		0,00	0,00
Subtotal outros gastos e perdas		(367.258,89)	(472.978,62)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1.743.987,59	1.788.770,80
Gastos/reversões de depreciação e de amortização			
Ativos fixos tangíveis	21	(651.156,97)	(903.816,55)
Ativos intangíveis	21	0,00	0,00
Subtotal gastos/reversões de depreciação e de amortização		(651.156,97)	(903.816,55)
Imparidade de activos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1.092.830,62	884.954,25
Juros e rendimentos similares obtidos			
De depósitos	25	6.406,94	4.009,25
Outros	25	482,88	2.538,70
Subtotal juros e rendimentos similares obtidos		6.889,82	6.547,95
Juros e gastos similares suportados			
Com empréstimos bancários			
Curto prazo	25	(25.432,08)	(27.816,78)
Médio e longo prazo	25	(66.183,40)	(101.559,97)
Com leasing	25	(3.931,80)	(5.184,16)
Com outros financiamentos	25	(1,25)	(14.710,11)
Subtotal juros e gastos similares suportados		(95.548,53)	(149.271,02)
Resultado antes de impostos		1.004.171,91	742.231,18
Imposto sobre o rendimento do período	5	(349.748,67)	(276.811,07)
Resultado líquido do período		654.423,24	465.420,11

A Técnica Oficial de Contas

Diabel F. R. F. Juana do Silva

O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(valores expressos em euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2010	2009
Vendas e serviços prestados	20	19.213.202,41	19.200.540,89
Custos das vendas e dos serviços prestados		(11.740.070,02)	(12.191.106,64)
Resultado bruto		7.473.132,39	7.009.434,26
Outros rendimentos	21	347.206,91	191.908,11
Gastos de distribuição		(607.994,51)	(711.367,28)
Gastos administrativos		(3.346.982,71)	(3.028.440,04)
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00
Outros gastos		(2.772.531,46)	(2.551.368,56)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamentos e impostos)		1.092.830,62	910.166,49
Gastos de financiamento (liquidos)	25	(88.658,71)	(167.935,31)
Resultado antes de impostos		1.004.171,91	742.231,18
Imposto sobre o rendimento do período	5	(349.748,67)	(276.811,07)
Resultado líquido do período		654.423,24	465.420,11
Resultados por ação	26	0,31	0,22

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(valores expressos em euros)

Descrição	Notas	Capital	Reserva Legal	Outras Reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldo em 01 de Janeiro de 2009		5.325.000,00	270.886,81	788.574,80	1.011.505,03	-	814.687,86	8.190.654,30
Alterações no período		-	-	-	(81.257,58)	886,07	(886,07)	(81.257,58)
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-
Excedentes de revalorização de activos tangíveis e respectivas variações		-	-	62.620,26	(167.397,27)	-	-	(104.777,01)
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	773.953,47	-	(814.687,86)	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		40.734,39	-	-	-	-	-	40.734,39
		5.325.000,00	311.621,00	831.201,06	1.536.903,65	886,07	(886,07)	8.004.625,71
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	465.420,11	465.420,11
Resultado integral		5.325.000,00	311.621,00	831.201,06	1.536.903,65	886,07	465.420,11	8.470.991,89
Operações com detentores de capital no período		-	-	-	-	-	-	-
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	(268.847,00)	-	-	(268.847,00)
Outras operações		-	-	-	(268.847,00)	-	-	(268.847,00)
Saldo em 31/12/2009		5.325.000,00	311.621,00	831.201,06	1.267.956,65	886,07	465.420,11	8.202.084,89

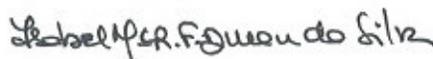
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(valores expressos em euros)

Descrição	Notas	Capital	Reserva Legal	Outras Reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldo em 01 de Janeiro de 2010		5.325.000,00	311.621,00	831.201,06	1.267.956,65	886,07	465.420,11	8.202.084,89
Alterações no período		-	-	-	-	-	-	-
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	902,20	-	902,20
Excedentes de revalorização de activos tangíveis e respectivas variações		-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	4.406,28	(4.406,28)	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		23.315,31	-	-	442.990,67	(886,07)	(465.420,11)	(0,00)
		5.325.000,00	334.936,31	835.607,32	1.706.541,26	902,20	-	8.202.987,29
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	654.423,24	654.423,24
Resultado integral		5.325.000,00	334.936,31	835.607,32	1.706.541,26	902,20	654.423,24	8.857.410,33
Operações com detentores de capital no período		-	-	-	-	-	-	-
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	(233.153,09)	-	-	(233.153,09)
Outras operações		-	-	-	(233.153,09)	-	-	(233.153,09)
Saldo em 31/12/2010		5.325.000,00	334.936,31	835.607,32	1.473.388,17	902,20	654.423,24	8.624.257,24

A Técnica Oficial de Contas

O Conselho de Administração




DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(valores expressos em euros)

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIO	
		2010	2009
Atividades operacionais			
Recebimentos de clientes	10	18.908.413,92	19.598.263,27
Pagamentos a fornecedores	14	(4.553.796,83)	(4.684.933,30)
Pagamentos ao pessoal	16	(12.456.760,53)	(12.297.168,57)
Fluxos gerados pelas operações		1.897.856,56	2.616.161,40
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	16	(387.311,01)	(81.766,28)
Outros pagamentos/recebimentos relativos à actividade operacional	11/16	164.867,99	(351.512,19)
Fluxos das Atividades Operacionais (1)		1.675.413,54	2.182.862,92
Atividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		-	-
Ativos fixos tangíveis	7	51.121,91	4.406,64
Ativos intangíveis		-	-
Juros e rendimentos similares	25	6.889,82	6.547,95
Dividendos		-	-
Outros		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		-	-
Ativos fixos tangíveis	7	(256.800,86)	(870.306,40)
Ativos intangíveis		-	-
Outros		-	-
Fluxos das Atividades de Investimento (2)		(198.789,13)	(859.351,81)
Atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		-	-
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão		-	-
Subsídios e doações		-	-
Venda de ações (quotas) próprias		-	-
Outros		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	13	(390.406,94)	(417.490,79)
Amortização de contratos de locação financeira	15	(12.352,57)	(79.572,47)
Juros e gastos similares	25	(95.548,53)	(149.271,02)
Dividendos		(178.688,53)	(268.847,00)
Redução de capital e prestações suplementares		-	-
Aquisição de ações (quotas) próprias		-	-
Outros		-	-
Fluxos das Actividades de Financiamento (3)		(676.996,57)	(915.181,28)
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		799.627,84	408.349,83
Efeito das diferenças de câmbio		902,20	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	1.903.930,37	1.495.580,53
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	2.704.460,42	1.903.930,37

A Técnica Oficial de Contas

Roberto R. Figueira da Silva

O Conselho de Administração

[Handwritten signatures of the Board of Directors]

12.2. Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2010

1. Introdução

A Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A. (Empresa) é uma sociedade anónima, com sede em Lisboa, na rua Dr. João Couto - Lote C, constituída em 31 de julho de 1997.

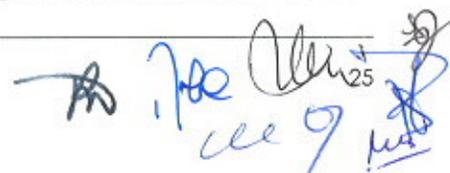
A LUSA tem como actividade principal atuar como agência noticiosa, competindo-lhe assegurar uma informação fatural, isenta, rigorosa e digna de confiança, prestando principalmente serviços de recolha de material noticioso ou de interesse informativo e o seu tratamento para difusão, divulgação do material recolhido, prestação ao Estado Português dos serviços de interesse público relativos à informação dos cidadãos e a prestação de serviços de telecomunicações de valor acrescentado no âmbito do exercício das atividades referidas, sendo esta atividade anteriormente desempenhada pela Agência Lusa de Informação - C.I.P.R.L., tendo a Empresa adquirido o estabelecimento comercial da referida cooperativa.

Em 31 de julho de 2007, a Empresa celebrou com o Estado Português um Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informa-

tivo de Interesse Público, mediante o qual a Empresa assume um conjunto de obrigações, nomeadamente quanto à manutenção de um determinado número de delegações, e é determinada a fórmula de remuneração da Empresa, através de uma indemnização compensatória a ser paga pelo Estado anualmente, em função dos serviços prestados pela Empresa ao abrigo do referido contrato.

As demonstrações financeiras anexas, reportadas ao exercício económico de 12 meses, terminado em 31 de dezembro de 2010, são apresentadas em base individual, dado que a Empresa não se insere em qualquer grupo económico, nem detém participações noutras empresas.

Apesar de as operações da Empresa no Brasil se desenvolverem através de uma entidade que assume a forma jurídica de sociedade comercial, sob a denominação Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A. ("Lusa Brasil") e formalmente independente da Empresa, no entendimento desta, aquela entidade na substância corresponde efetivamente a uma delegação, que opera de forma similar às res-



Handwritten signature and date: 25/12/10

tantes delegações da Empresa, apenas tendo sido autonomizada juridicamente para cumprir os requisitos específicos da legislação Brasileira. Consequentemente, a Empresa integra nas suas demonstrações financeiras as demonstrações financeiras da Lusa Brasil.

As demonstrações financeiras encontram-se expressas em euros, com arredondamento ao cêntimo, e foram aprovadas pelo Conselho de Administração na sua reunião de 14 de fevereiro, sendo esta a data relevante para efeitos da autorização para divulgação das mesmas. Contudo, as demonstrações financeiras estão ainda dependentes da sua aprovação pelos Senhores Acionistas, os quais podem determinar eventuais alterações, muito embora tal não seja expetável, não se tendo nunca verificado no passado.

2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

A adoção das NCRF nas contas ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição do anterior referencial contabilístico (POC) para esse normativo foi fixada em 1 de janeiro de 2009, de acordo com o disposto na NCRF 3 - Adopção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro (Nota 2.4.).

2.2. Derrogações às disposições do SNC

Não foram expressamente derrogadas disposições do SNC que sejam suscetíveis de afetar materialmente a imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo, resultados e fluxos de caixa da Empresa.

Contudo, importa referir que o arquivo de imagens adquiridas e produzidas até 2003 se encontra reconhecido em Inventários, conforme referido na Nota 3.1.3., de forma consistente com exercícios anteriores, não obstante poder ser igualmente admissível o seu reconhecimento como ativo intangível, face ao disposto na NCRF 6.

2.3. Comparabilidade

As demonstrações financeiras anexas não se encontram afetadas por qualquer aspeto material suscetível de afetar a sua comparabilidade com o exercício anterior.

2.4. Adopção das NCRF

À data da aprovação destas demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração encontram-se em vigor as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009, de 11 de setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto. O SNC é regulado pelos seguintes diplomas:

- Aviso n.º 15652/2009, de 7 de setembro (Estrutura Concetual);
- Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras);

- Portaria n.º 1011/2009, de 9 de setembro (Código de Contas);
- Aviso n.º 15655/2009, de 7 de setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Aviso n.º 15654/2009, de 7 de setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Pequenas entidades) (*);
- Aviso n.º 15653/2009, de 7 de setembro (Normas Interpretativas).

(*) Normas não aplicáveis à Empresa.

A Empresa adotou as NCRF pela primeira vez no exercício de 2010, na preparação das demonstrações financeiras, aplicando para o efeito NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro, sendo a data de transição para efeitos de apresentação destas demonstrações financeiras a 1 de janeiro de 2009.

Anteriormente, as demonstrações financeiras da empresa eram apresentadas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal, conforme definidos no Plano Oficial de Contabilidade e mais legislação complementar.

O detalhe dos ajustamentos efetuados com efeito em capital próprio reportados a 1 de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2009, para efeito de conversão para as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, é como segue:

Capitais próprios na data de transição (1 de janeiro de 2009)

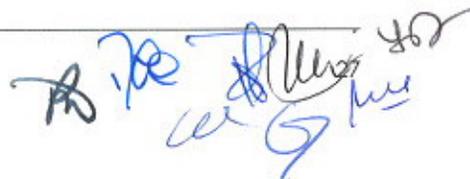
Capitais próprios em 1 de janeiro de 2009 - POC	8.190.654,30
Ajustamentos de transição:	
Anulação de saldos de ativo fixo tangível, por não se verificarem os critérios exigidos para o seu reconhecimento, de acordo com as NCRF	(48.101,50)
Anulação de saldos de ativo corrente, por não se verificarem os critérios exigidos para o seu reconhecimento, de acordo com as NCRF	(33.156,08)
Total de ajustamentos de transição	(81.257,58)
Capitais próprios em 1 de janeiro de 2009 - NCRF	8.109.396,72

Capitais próprios em 31 de dezembro de 2009

Capitais próprios em 31 de dezembro de 2009 - POC	8.283.342,47
Ajustamentos de transição	(80.371,51)
Ajustamentos de conversão do resultado líquido	(886,07)
Capitais próprios em 31 de dezembro de 2009 - NCRF	8.202.084,89

Resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2009

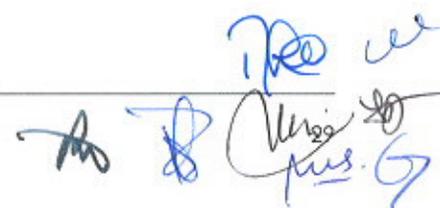
Resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 - POC	466.306,18
Ajustamentos de conversão ao resultado líquido de 2009:	
Reconhecimento na classe 5 das diferenças de conversão favoráveis	(886,07)
Total dos ajustamentos de conversão ao resultado líquido de 2009	(886,07)
Resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 - NCRF	465.420,11



O efeito na demonstração da posição financeira em 1 de janeiro de 2009 e em 31 de dezembro de 2009, na conversão das demonstrações financeiras preparadas de acordo com o POC para as demonstrações financeiras reimpressas em conformidade com as NCRF, é detalhado como se segue:

ATIVO	1 de janeiro de 2009		
	POC	Ajustamentos de transição	NCRF
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	9.180.364,60	(48.101,50)	9.132.263,10
Ativos intangíveis	-	-	-
Participações financeiras	80.000,14	-	80.000,14
Total do ativo não corrente	<u>9.260.364,74</u>	<u>(48.101,50)</u>	<u>9.212.263,24</u>
ATIVO CORRENTE			
Inventários	2.373.271,67	-	2.373.271,67
Clientes	2.412.792,51	-	2.412.792,51
Estado e outros entes públicos	193.489,40	(33.156,08)	160.333,32
Outras contas a receber	2.597.425,40	-	2.597.425,40
Caixa e depósitos bancários	1.495.580,53	-	1.495.580,53
Total do ativo corrente	<u>9.072.559,51</u>	<u>(33.156,08)</u>	<u>9.039.403,43</u>
Total do ativo	<u>18.332.924,25</u>	<u>(81.257,58)</u>	<u>18.251.666,67</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
	POC	Ajustamentos de transição	NCRF
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	5.325.000,00	-	5.325.000,00
Reservas	1.039.461,41	-	1.039.461,41
Resultados transitados	1.826.192,89	(81.257,58)	1.744.935,31
Total do capital próprio	<u>8.190.654,30</u>	<u>(81.257,58)</u>	<u>8.109.396,72</u>
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Empréstimos obtidos	5.404.596,96	-	5.404.596,96
Fornecedores	80.373,13	-	80.373,13
Provisões	109.975,96	-	109.975,96
Total do passivo não corrente	<u>5.594.946,05</u>	<u>-</u>	<u>5.594.946,05</u>
PASSIVO CORRENTE			
Empréstimos obtidos	420.592,27	-	420.592,27
Fornecedores	473.845,08	-	473.845,08
Estado e outros entes públicos	1.556.520,14	-	1.556.520,14
Outros passivos correntes	2.096.366,41	-	2.096.366,41
Total do passivo corrente	<u>4.547.323,90</u>	<u>-</u>	<u>4.547.323,90</u>
Total do passivo	<u>10.142.269,95</u>	<u>-</u>	<u>10.142.269,95</u>
Total do capital próprio e do passivo	<u>18.332.924,25</u>	<u>(81.257,58)</u>	<u>18.251.666,67</u>

ATIVO	31 de dezembro de 2009		
	POC	Ajustamentos de transição	NCRF
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	9.160.681,51	(48.101,50)	9.112.580,01
Ativos intangíveis	-	-	-
Participações financeiras	80.000,14	-	80.000,14
Ativos por impostos diferidos	1.099,12	-	1.099,12
Total do ativo não corrente	<u>9.241.780,77</u>	<u>(48.101,50)</u>	<u>9.193.679,27</u>
ATIVO CORRENTE			
Inventários	2.313.515,74	-	2.313.515,74
Clientes	2.078.223,29	-	2.078.223,29
Estado e outros entes públicos	187.347,40	(33.156,08)	154.191,32
Outras contas a receber	1.934.852,18	-	1.934.852,18
Gastos a reconhecer	334.155,80	-	334.155,80
Caixa e depósitos bancários	1.903.930,37	-	1.903.930,37
Total do ativo corrente	<u>8.752.024,78</u>	<u>(33.156,08)</u>	<u>8.718.868,70</u>
Total do ativo	<u>17.993.805,55</u>	<u>(81.257,58)</u>	<u>17.912.547,97</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
	POC	Ajustamentos de transição	NCRF
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	5.325.000,00	-	5.325.000,00
Reservas	311.621,00	-	311.621,00
Resultados transitados	1.349.214,23	(81.257,58)	1.267.956,65
Excedentes de reaval. ativos fixos tang. e intangíveis	831.201,06	-	831.201,06
Outras variações no capital próprio	-	886,07	886,07
Resultado líquido do exercício	466.306,18	(886,07)	465.420,11
Total do capital próprio	<u>8.283.342,47</u>	<u>(81.257,58)</u>	<u>8.202.084,89</u>
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	109.975,96	-	109.975,96
Financiamentos obtidos	5.123.690,55	-	5.123.690,55
Passivos por impostos diferidos	177.087,25	-	177.087,25
Total do passivo não corrente	<u>5.410.753,76</u>	<u>-</u>	<u>5.410.753,76</u>
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	331.768,38	-	331.768,38
Estado e outros entes públicos	1.567.615,13	-	1.567.615,13
Financiamentos obtidos	495.892,36	-	495.892,36
Outros passivos correntes	1.898.473,97	-	1.898.473,97
Rendimentos a reconhecer	5.959,48	-	5.959,48
Total do passivo corrente	<u>4.299.709,32</u>	<u>-</u>	<u>4.299.709,32</u>
Total do passivo	<u>9.710.463,08</u>	<u>-</u>	<u>9.710.463,08</u>
Total do capital próprio e do passivo	<u>17.993.805,55</u>	<u>(81.257,58)</u>	<u>17.912.547,97</u>



	31 de dezembro de 2009		
	POC	Ajustamentos de transição	NCRF
PROVEITOS OPERACIONAIS			
Outros proveitos operacionais	19.302.621,46		19.302.621,46
CUSTOS OPERACIONAIS			
Outros custos operacionais	18.219.111,32		18.219.111,32
Resultados operacionais	<u>1.083.510,14</u>	<u>-</u>	<u>1.083.510,14</u>
RESULTADOS FINANCEIROS			
Custos financeiros líquidos	(168.821,38)		(168.821,38)
Diferenças de conversão favoráveis (Sucursal Brasil)	886,07	(886,07)	-
	<u>(167.935,31)</u>	<u>(886,07)</u>	<u>(168.821,38)</u>
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS			
Resultados antes de impostos	<u>(172.457,58)</u>	<u>(886,07)</u>	<u>(172.457,58)</u>
	<u>743.117,25</u>	<u>(886,07)</u>	<u>742.231,18</u>
Imposto sobre o rendimento do exercício	(276.811,07)		(276.811,07)
Resultado líquido do exercício	466.306,18		465.420,11

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Tendo em atenção o normativo definido no SNC, designadamente nas várias NCRF e Interpretações publicadas apresentam-se de seguida as principais políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos ativos e passivos da Empresa:

3.1.1. Ativos fixos tangíveis

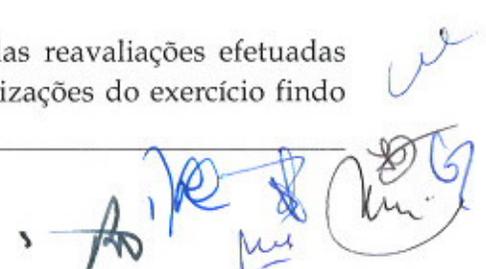
Exceto no que se refere ao "Edifício Lusa", sito em Lisboa, os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes (linha reta), de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	3 - 10
Equipamento de transporte	4
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento administrativo	8
Outros ativos fixos tangíveis	3 - 8

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2000, a Empresa efetuou uma reavaliação livre das frações detidas naquela data no "Edifício Lusa", registadas nas rubricas "Terrenos e recursos naturais" e "Edifícios e outras construções", com base em avaliações do seu valor de mercado. Decorrente desta reavaliação a Empresa registou, naquela data, um aumento do ativo, líquido de depreciações acumuladas, de 1.051.067,42 euros e uma reserva de reavaliação no mesmo montante.

Como resultado das reavaliações efetuadas (Nota 7), as amortizações do exercício findo



em 31 de dezembro de 2010, foram aumentadas em 16.627 euros. Este montante não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria coletável em sede de imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas (IRC). Adicionalmente, as depreciações de exercícios futuros serão aumentadas em 629.425 euros (Nota 7).

3.1.2. Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como:

- Locação financeira, se através deles forem transferidos para a Empresa todas as vantagens e riscos inerentes à posse; e
- Locação operacional, se através deles não forem transferidos para a Empresa todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método o custo do ativo é registado no ativo fixo tangível, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a depreciação do ativo são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

3.1.3. Inventários

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respetivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

Os subprodutos, desperdícios, resíduos e refulgos referem-se ao arquivo de imagem adquirido em 1997 à Agência Lusa de Infor-

mação - CIPRL e cujo valor foi determinado naquela data com base numa avaliação do seu valor de mercado. Após aquela data, e até 31 de dezembro de 2003 as entradas no arquivo foram valorizadas com base no valor da receita futura estimada, e que correspondeu a um valor unitário de, aproximadamente, 1,20 euros.

As perdas por imparidade a reconhecer em cada exercício, correspondem a 2% do valor do arquivo de imagem existente no início desse mesmo exercício, conforme recomendado na avaliação supra referida.

3.1.4. Instrumentos financeiros

3.1.4.1. Clientes e dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável.

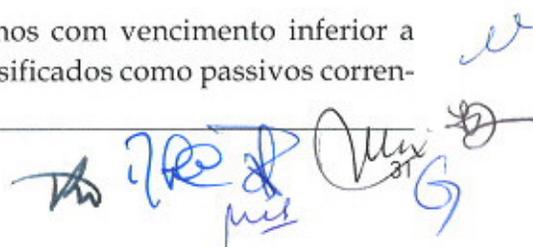
3.1.4.2. Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo, vencíveis a menos de 3 meses e imediatamente mobilizáveis.

3.1.4.3. Empréstimos bancários

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor recebido, líquido de despesas com a sua emissão. Em períodos subsequentes, os empréstimos são registados ao custo amortizado.

Os empréstimos com vencimento inferior a 1 ano são classificados como passivos corren-



tes, sendo os outros classificados como passivos não correntes.

3.1.4.4. Fornecedores e dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores e outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal.

3.1.5. Imparidade de dívidas a receber

Foi constituído um ajustamento para cobranças duvidosas de acordo com a expectativa de perdas a incorrer na cobrança das contas a receber.

3.1.6. Especialização dos exercícios

Os rendimentos e gastos são reconhecidos no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu recebimento ou pagamento. Os rendimentos e gastos cujo valor real não seja conhecido são determinados com base em estimativas e registados nas respetivas contas de acréscimos.

3.1.7. Subsídios

Tendo em atenção as disposições previstas na NCRF 22, a Empresa apenas reconhece nas suas demonstrações financeiras os subsídios quando recebidos ou após existir segurança de que a Empresa cumprirá as condições a eles associadas.

Os subsídios à exploração são reconhecidos em resultados de forma sistemática, durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que os mesmos visam compensar.

Os subsídios ao investimento, quando ocorrerem, são inicialmente registados em capitais próprios, sendo subsequentemente transfe-

ridos para resultados durante a vida útil do respetivo ativo subsidiado.

3.1.8. Rédito

O rédito apenas é reconhecido quando seja provável que os benefícios económicos inerentes à transação fluam para a Empresa e quando é possível apurar o seu valor com fiabilidade, sendo registado pelo justo valor dos ativos recebidos ou a receber, líquido de descontos e de devoluções expeáveis, tendo em atenção o princípio da especialização.

A Empresa regista a indemnização compensatória que lhe é atribuída para fazer face aos custos que incorre com serviços de interesse público, relacionados com o Contrato de Prestação de Serviço Público celebrado entre o Estado e a Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A., na rubrica de "Prestações de serviços" do exercício a que dizem respeito, de acordo com a especialização dos exercícios.

3.1.9. Imposto sobre o rendimento, incluindo impostos diferidos

O imposto do rendimento do exercício é constituído por imposto corrente e por imposto diferido, sendo reconhecido de acordo com o preconizado na NCRF 25.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se esperam estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos ativos registados em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

3.1.10. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Os efeitos decorrentes de alterações em taxas de câmbio são tratados de acordo com o disposto na NCRF 23.

Neste sentido, as transações em moeda estrangeira são registadas, no momento do reconhecimento inicial na moeda funcional (Euro), pela aplicação à quantia da moeda estrangeira da taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na

data do balanço. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes nas datas de cobrança, pagamento ou à data do balanço, são registadas em resultados do período em que ocorrem.

As diferenças de câmbio originadas na conversão para Euros das demonstrações financeiras das delegações, expressas em moeda estrangeira foram incluídas na demonstração dos resultados nas rubricas de resultados financeiros. A conversão daquelas demonstrações financeiras é efetuada, considerando as seguintes taxas de câmbio: i) taxa de câmbio vigente à data do balanço para converter todos os ativos e passivos monetários, ii) taxa de câmbio média do exercício para converter as rubricas da demonstração dos resultados e iii) taxa de câmbio histórica para converter os ativos e passivos não monetários e as rubricas de capital próprio.

Os valores constantes das demonstrações financeiras da Delegação do Brasil, expressos em Reais, foram convertidos para Euros com base na aplicação do método da taxa histórica. Assim, e com base nesse método, temos que as taxas de câmbio utilizadas foram as seguintes:

Taxas históricas	2010	2009
Janeiro	0,3939645	0,3268401
Fevereiro	0,3962436	0,3368705
Março	0,4126604	0,3311478
Abril	0,4246285	0,3425009
Maio	0,4395604	0,354208
Junho	0,4533708	0,3650834
Julho	0,4424779	0,3673634
Agosto	0,4407034	0,3800258
Setembro	0,444919	0,3770739
Outubro	0,4277526	0,3880331
Novembro	0,4275149	0,3879427
Dezembro	0,4466878	0,3911445
Taxa de fecho	0,4466878	0,3911445
Taxa média do ano	0,429207	0,3623528

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'Miguel' and the year '2010'.

3.1.11. Provisões

As provisões são reconhecidas quando e somente quando, a Empresa teme uma obrigação presente (legal ou implícita) como resultado de um acontecimento passado em que seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

A provisão existente respeita a processos judiciais em curso e o seu montante foi determinado com base na estimativa que a Empresa e os seus advogados fazem dos riscos relacionados com a sua atividade.

3.1.12. Contingências

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, sendo as mesmas divulgadas no Anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota. Um ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no Anexo quando é expectável a existência de um benefício económico futuro.

3.1.13. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais, são divulgados no Anexo.

4. Fluxos de Caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa evidenciados em balanço não estão afetados por quaisquer condicionantes suscetíveis de afetar a sua utilização futura.

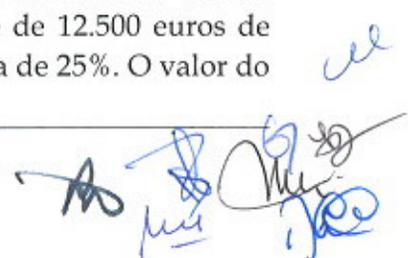
Apesar do Balanço evidenciar, no passivo corrente, um empréstimo bancário no montante de 5.000.000 euros, que se vence no decurso do 1.º trimestre de 2011, a Empresa está a negociar a reestruturação deste financiamento, não sendo expectável que os meios monetários disponíveis sejam afetados por esta situação.

O detalhe dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários é o seguinte:

Natureza:	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Caixa (dinheiro em caixa)	77.289,38	55.343,93
Depósitos à ordem	277.171,04	268.586,44
Depósitos a prazo	2.350.000,00	1.580.000,00
Total de caixa e seus equivalentes	2.704.460,42	1.903.930,37

5. Impostos

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas - IRC, à taxa normal. Deste modo, a partir do exercício de 2009 e até ao limite de 12.500 euros de matéria coletável, aplica-se a taxa de 12,5% e ao excedente aplica-se a taxa de 25%. O valor do



imposto pode ser incrementado até 1,5% sobre o valor do lucro tributável pela aplicação da derrama municipal. Atendendo ao nível de lucro tributável apurado, inferior a 2.000.000 euros, não há lugar à aplicação da derrama estadual de 2,5% sobre o valor do lucro tributável.

Nos termos do artigo 88.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2007 a 2010 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que, apesar de existirem práticas contabilísticas cujo enquadramento fiscal adotado poderá ter uma interpretação diversa por parte da Administração Fiscal, as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 31 de dezem-

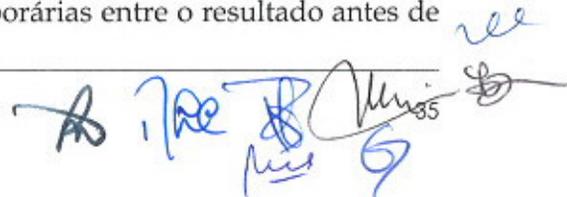
bro de 2008 os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a, aproximadamente, 1.449.768 Euros, reportáveis até ao exercício de 2009. Considerando que no exercício de 2009 apenas foi utilizada parte dessa verba, a Empresa procedeu, ainda naquele exercício, ao desreconhecimento da restante, no montante de 647.925 Euros.

A partir de 1 de janeiro de 2004 a Empresa deixou de aplicar o regime previsto no Artigo 23.º do Código do Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA), pelo facto do valor do contrato de prestação de serviços com o Estado ter passado a estar sujeito a IVA à taxa legal.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2003, a Empresa foi notificada pela Administração Fiscal a pagar, aproximadamente, 2.600.000 Euros (excluindo juros e coimas), em resultado de revisões efetuadas em sede de IVA a determinadas transações ocorridas nos exercícios de 2001 e 2002. A Empresa, suportada no parecer dos seus advogados, recorreu daquelas notificações, por considerar que as mesmas não têm fundamento, não tendo para aquele efeito constituído qualquer provisão. Na data de preparação destas demonstrações financeiras ainda não é conhecido o desfecho desta situação.

Impostos diferidos

Conforme referido na Nota 3.1.9, o imposto sobre o rendimento do exercício foi apurado de acordo com o preconizado na NCRF 25. Na mensuração do custo de imposto, para além do imposto corrente determinado com base no resultado antes de imposto corrigido de acordo com a legislação fiscal, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre o resultado antes de

see


imposto e o lucro tributável originadas no exercício ou decorrentes de exercícios anteriores, bem como o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis existentes à data de balanço.

O montante de imposto, quer corrente, quer diferido, que resulte de transações ou eventos reconhecidos em reservas, é registado diretamente nestas não afetando o resultado do exercício.

À data de balanço, os impostos diferidos são atualizados por eventuais alterações na taxa de tributação que se espera estar em vigor à data da sua reversão, bem como por eventuais alterações na legislação fiscal relevante.

Tal como estabelecido na referida diretriz, são apenas reconhecidos ativos por impostos diferidos, sempre que exista razoável segurança de que possam vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro ou quando existam impostos diferidos passivos, cuja reversão seja expetável no mesmo exercício dos impostos diferidos a constituir.

No cálculo dos impostos diferidos foi considerado o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis gerados nos exercícios anteriores que se consideram recuperáveis no período legal para a sua dedução.

a) Reconciliação da taxa de imposto

Resultado antes de impostos	1.004.171,91
Taxa nominal de imposto (i)	-
Débito de imposto esperado	264.543,06
Diferenças permanentes (ii)	11.456,47
Ajustamentos à coleta (iii)	73.749,14
Imposto sobre o rendimento do exercício	<u>349.748,67</u>
Imposto corrente (Nota 16)	354.154,93
Imposto diferido gerado no exercício	(4.406,26)
	<u>349.748,67</u>

(i) A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas – IRC, à taxa normal. Deste modo, a partir do exercício de 2009 e até ao limite de 12.500 euros de matéria coletável, aplica-se a taxa de 12,5% e ao excedente aplica-se a taxa de 25%. O valor do imposto pode ser incrementado até 1,5% sobre o valor do lucro tributável pela aplicação da derrama.

(ii) Em 31 de dezembro de 2010, este montante tinha a seguinte composição:

Multas e outras penalidades	7.070,55
Outras situações líquidas	36.161,43
	43.231,98
Taxa nominal de imposto	26,5%
	<u>11.456,47</u>

(iii) Este montante representa a parcela de imposto relativa à tributação autónoma de certas despesas da Empresa, nos termos da legislação fiscal em vigor.

b) Movimento dos impostos diferidos

Rubricas	Saldo inicial	Constituição/ Reversão	Saldo final
Impostos diferidos activos:			
Prejuízos fiscais reportáveis	-	-	-
Provisões não aceites fiscalmente	1.099,12	-	1.099,12
	<u>1.099,12</u>	<u>-</u>	<u>1.099,12</u>
Impostos diferidos passivos:			
Reservas de reavaliação	118.867,28	(4.406,26) a)	114.461,02
(a) Inclui:			
- Imposto diferido gerado no exercício:			(4.406,26)

6. Ativos intangíveis

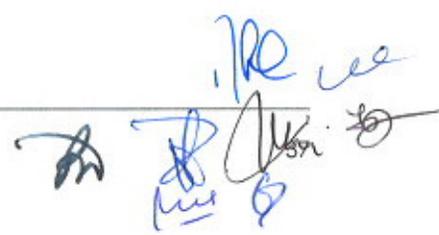
No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foi efetuado o desreconhecimento das despesas de instalação, bem como das respetivas depreciações acumuladas, no montante de 212.473 euros, as quais, de acordo com a NCRF 6 – Ativos Intangíveis, não são reconhecidas como ativos.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, não ocorreram movimentos nos ativos intangíveis, nem nas respetivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade.

7. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foram os seguintes:

31 de Dezembro de 2009	Terrenos e Recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto									
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	1.642.185,01	7.721.413,22	4.392.344,73	327.543,32	6.343,10	498.017,22	2.361.015,25	48.101,50	16.966.963,35
Aquisições	152.978,66	458.935,93	93.710,38	-	989,50	6.975,15	162.950,49	12.000,00	888.540,11
Transferências e abates	-	-	(10.232,60)	-	-	(10.592,14)	-	(48.101,50)	(68.926,24)
Alienações	-	-	-	(13.663,76)	-	-	-	-	(13.663,76)
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	<u>1.795.163,67</u>	<u>8.180.349,15</u>	<u>4.475.822,51</u>	<u>313.879,56</u>	<u>7.332,60</u>	<u>494.400,23</u>	<u>2.523.965,74</u>	<u>12.000,00</u>	<u>17.802.913,46</u>
Depreciações acumuladas e perdas de imparidade									
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	-	(1.484.495,61)	(3.912.710,48)	(272.881,10)	(6.343,10)	(488.653,18)	(1.671.515,30)	-	(7.816.598,75)
Reforços	-	(169.461,21)	(275.490,86)	(27.967,97)	(755,00)	(13.909,22)	(418.232,30)	-	(903.816,56)
Regularizações por alienações e abates	-	-	9.437,51	13.663,76	-	6.980,58	-	-	30.081,85
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	<u>-</u>	<u>(1.653.956,82)</u>	<u>(4.178.763,83)</u>	<u>(287.185,31)</u>	<u>(7.098,10)</u>	<u>(475.581,80)</u>	<u>(2.087.747,60)</u>	<u>-</u>	<u>(8.690.333,46)</u>
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2009	<u>1.795.163,67</u>	<u>6.526.392,33</u>	<u>297.058,68</u>	<u>26.694,25</u>	<u>234,50</u>	<u>18.818,44</u>	<u>436.218,14</u>	<u>12.000,00</u>	<u>9.112.580,01</u>



O aumento das rubricas “Terrenos e recursos naturais” e “Edifícios e outras construções” decorre da aquisição da última fração do edifício sede que era propriedade de uma entidade privada e que permitiu consolidar uma posição de paridade com o Estado na compropriedade desse edifício.

O aumento da rubrica “Outros ativos fixos tangíveis” decorre da aquisição de equipamentos no âmbito do projeto “Multimédia”.

31 de Dezembro de 2010	Terrenos e Recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto									
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	1.755.163,67	8.180.349,15	4.475.822,51	313.879,56	7.332,60	494.400,23	2.523.965,74	12.000,00	17.802.913,46
Aquisições	-	-	94.112,74	-	254,00	11.279,68	117.999,26	64.663,74	288.309,42
Transferências e abates	-	-	5.571,05	-	-	(6.855,40)	(3.234,47)	(12.000,00)	(16.518,82)
Alienações	-	-	-	(29.927,87)	-	-	-	-	(29.927,87)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	<u>1.755.163,67</u>	<u>8.180.349,15</u>	<u>4.575.506,30</u>	<u>283.951,69</u>	<u>7.586,60</u>	<u>498.624,51</u>	<u>2.638.730,53</u>	<u>64.663,74</u>	<u>18.044.776,19</u>
Depreciações acumuladas e perdas de imparidade									
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	-	(1.653.556,82)	(4.178.753,83)	(287.185,31)	(7.098,10)	(475.581,80)	(2.087.747,80)	-	(8.690.333,46)
Reforços	-	(170.591,00)	(143.176,78)	(14.549,67)	(321,00)	(11.906,26)	(310.178,00)	-	(851.183,71)
Regularizações por alienações e abates	-	-	5.910,96	29.927,87	-	6.167,58	1.451,63	-	43.458,04
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	<u>-</u>	<u>(1.824.147,82)</u>	<u>(4.316.029,65)</u>	<u>(271.807,11)</u>	<u>(7.419,10)</u>	<u>(481.380,48)</u>	<u>(2.396.474,97)</u>	<u>-</u>	<u>(9.298.059,14)</u>
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2010	<u>1.755.163,67</u>	<u>6.355.401,33</u>	<u>259.476,65</u>	<u>12.144,58</u>	<u>167,50</u>	<u>17.444,02</u>	<u>242.255,56</u>	<u>64.663,74</u>	<u>8.746.717,05</u>

O aumento das rubricas “Equipamento básico” e “Outros ativos fixos tangíveis” decorre essencialmente dos desenvolvimentos realizados no sistema de produção da redação, e da aquisição de equipamentos no âmbito do projeto “multimédia” (Kits de som e imagem, laptops e equipamento fotográfico).

As rubricas “Terrenos e recursos naturais” e “Edifícios e outras construções” englobam o custo de aquisição reavaliado (Nota 3.1.1.) e respetivas benfeitorias das frações do “Edifício Lusa” que foram cedidas a título definitivo pelo Estado Português pelo montante global de 2.982.811 Euros, de acordo com o Auto de Cessão da Direcção-Geral do Património de 25 de novembro de 1997 e de acordo com a Portaria n.º 995/97 de 26 de novembro.

De acordo com a legislação supra referida, e nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º

97/70 de 13 de março, se aos bens cedidos não for dado o destino que justificou a cessão, ou se o cessionário culposamente deixar de cumprir qualquer condição ou encargo, o Secretário de Estado do Tesouro pode, ouvido o cessionário, ordenar a reversão dos bens cedidos, para o domínio do Estado, não tendo o cessionário direito, salvo caso de força maior, à restituição de importâncias pagas ou à indemnização por benfeitorias realizadas, sendo que o direito de reversão só pode ser exercido dentro de um ano, a contar do conhecimento oficial do fato que lhe deu causa. Em 31 de dezembro de 2010 o valor líquido reavaliado das referidas frações ascende a 6.355.401 euros.

O detalhe dos custos históricos de aquisição de ativos fixos tangíveis e correspondente reavaliação em 31 de dezembro de 2010, líquidos de depreciações acumuladas, é o seguinte:

	Custos históricos	Reavaliações	Valor contabilístico reavaliado
Terrenos e recursos naturais	1.575.465,64	219.698,03	1.795.163,67
Edifícios e outras construções	5.725.976,62	629.424,71	6.355.401,33
	<u>7.301.442,26</u>	<u>849.122,74</u>	<u>8.150.565,00</u>

Como resultado da reavaliação livre (Nota 3.1.1), as depreciações do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram aumentadas em 16.627 euros. Este montante não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria coletável em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). Adicionalmente, as depreciações de exercícios futuros serão aumentadas em, aproximadamente, 629.425 euros cujo montante não é aceite como custo para efeitos fiscais.

8. Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros são mensurados ao custo de aquisição e durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, registaram os seguintes movimentos:

31 de Dezembro de 2010

	Investimentos em outras empresas
Saldo em 31 de Dezembro de 2009 (a)	80.000,14
Aquisição (b)	5.000,00
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	<u>85.000,14</u>

(a) Participação no capital da EPA

(b) Esta rubrica corresponde ao investimento da Empresa na Visapress

31 de Dezembro de 2009

	Investimentos em outras empresas
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	80.000,14
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	<u>80.000,14</u>

A EPA - European Pressphoto Agency, é uma entidade europeia sem fins lucrativos. A participação da Lusa refere-se a quatro ações, no valor nominal de € 20.000 (vinte mil euros) cada, que representa 1,95% do respetivo capital social e encontra-se contabilizada ao custo de aquisição.

A Visapress é uma entidade sem fins lucrativos, constituída sob a forma de cooperativa, para efetuar a gestão coletiva dos direitos de autor de proprietários de jornais, de publicações periódicas e de outros titulares de direitos de autor, relativamente a quaisquer obras ou conteúdos editoriais, independentemente do seu suporte. A participação da Lusa, efetuada em 2010, no montante de 5.000 euros, corresponde a 10% do respetivo capital.



9. Inventários

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, o valor das matérias-primas, subsidiárias e de consumo tinha o seguinte detalhe:

Matérias primas, subsidiárias e de consumo	2010	2009
Existências iniciais	24.155,05	24.747,02
Compras	105.781,41	108.043,20
Consumos	(103.890,65)	(108.201,62)
Ajustamentos	-	(433,55)
Existências finais	<u>26.045,81</u>	<u>24.155,05</u>

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, o valor dos subprodutos tinha o seguinte detalhe:

Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	2010	2009
Valor bruto	2.958.200,43	2.958.200,43
Perdas de imparidade acumuladas	(728.003,70)	(668.839,74)
Valor líquido	<u>2.230.196,73</u>	<u>2.289.360,69</u>

O movimento ocorrido em ajustamentos de inventários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 foi o seguinte:

Ajustamentos de inventários	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos
Perdas por imparidade acumuladas em 01 de janeiro de 2009	(609.675,78)
Reforço	(59.163,96)
Perdas por imparidade acumuladas em 31 de dezembro de 2009	(668.839,74)
Reforço	(59.163,96)
Perdas por imparidade em 31 de dezembro de 2010	<u>(728.003,70)</u>

10. Clientes e contas a receber

	2010			2009		
	Valor bruto	Perdas de imparidade acumuladas	Valor realizável	Valor bruto	Perdas de imparidade acumuladas	Valor realizável
Clientes c/c	2.414.654,36	-	2.414.654,36	1.985.345,30	-	1.985.345,30
Clientes - cobrança duvidosa	1.223.009,89	(1.205.178,44)	17.831,45	1.280.727,32	(1.187.849,33)	92.877,99
	<u>3.637.664,25</u>	<u>(1.205.178,44)</u>	<u>2.432.485,81</u>	<u>3.266.072,62</u>	<u>(1.187.849,33)</u>	<u>2.078.223,29</u>



11. Outros ativos correntes e não correntes

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tinha o seguinte detalhe:

	2010	2009
<u>Outros ativos não correntes:</u>		
Ativos por impostos diferidos	1.099,12	1.099,12
<u>Outros ativos correntes:</u>		
Adiantamentos a fornecedores	-	1.864,01
Estado e outros entes públicos		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas - IRC	-	154.191,32
Fornecedores c/c	651,24	409,66
Fornecedores de investimentos	-	5.657,44
Adiantamentos a fornecedores de investimentos	-	84,58
Pessoal	164.794,35	62.202,08
Outros devedores de cobrança duvidosa	136,78	136,78
Devedores por acréscimos de rendimentos:		
Subsídio relativo às delegações de Jacarta, Díli, Macau e Pequim (a)	1.629.204,45	1.629.204,45
Outros	(7.443,53)	(8.775,21)
Outros devedores diversos	242.582,87	244.068,39
Gastos a reconhecer	347.326,23	334.155,80
	<u>2.378.351,51</u>	<u>2.424.298,42</u>

(a) Este montante respeita à comparticipação a receber pela Empresa pela manutenção de delegações em Jacarta, Díli, Macau e Pequim nos anos de 1999 e 2000, e que a partir de 2001 passaram a integrar o Contrato de Prestação de Serviço Público, conforme Ofício n.º 1530/00 de 31 de outubro de 2000 do Gabinete do Secretário de Estado da Comunicação Social. A Lusa interpôs, em 12 de maio de 2010, uma ação administrativa contra o Estado Português a reclamar estes e outros créditos.

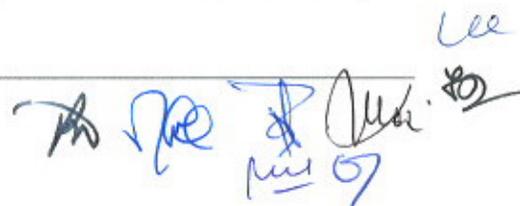
12. Capital Próprio

Composição do Capital: Em 31 de dezembro de 2010 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 2.130.000 ações com o valor nominal de 2,5 euros, cada.

Identificação de pessoas coletivas com mais de 20% do capital: As seguintes pessoas coletivas detêm mais de 20% do capital subscrito em 31 de dezembro de 2010:

Nome	%	Montante
Estado/Direção Geral do Tesouro e Finanças	50,14	2.670.000,00
Controlinveste Media SGPS, S.A.	23,36	1.243.550,00
Impresa - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	22,35	1.190.160,00

Reserva legal: a legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso da liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.



 LEE

Excedentes de reavaliação de ativos fixos tangíveis e intangíveis: No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2000, a Empresa efetuou uma reavaliação livre das frações detidas naquela data no “Edifício Lusa”, registadas nas rubricas “Terrenos e recursos naturais” e “Edifícios e outras construções”, com base em avaliações do seu valor de mercado. Decorrente desta reavaliação a Empresa registou, naquela data, um aumento do ativo, líquido de depreciações acumuladas, de 1.051.067,42 euros, bem como uma reserva de reavaliação no mesmo montante.

13. Empréstimos

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, o saldo das dívidas a instituições de crédito tem a seguinte composição:

	2010		2009	
	Valor de balanço			
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Banco BPI, S.A. (a)	5.000.000,00	-	-	5.000.000,00
Banco BPI, S.A. (b)	17.291,50	-	103.749,96	17.291,50
Banco Comercial Português, S.A. (c)	-	-	283.555,50	-
Outros financiadores (d)	-	-	3.101,48	-
	<u>5.017.291,50</u>	<u>0,00</u>	<u>390.406,94</u>	<u>5.017.291,50</u>

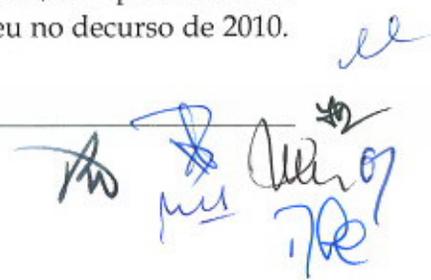
- a) Empréstimo contraído pela Empresa junto do banco BPI, S.A. para financiamento do plano de investimentos e consolidação da dívida junto do sistema financeiro nacional. Em 31 de dezembro de 2010 este empréstimo vencia juros postecipados mensais a uma taxa correspondente à Euribor a um mês acrescida de uma margem de 0,7% e será reembolsado integralmente numa única prestação em março de 2011.

Em resultado da contratação deste empréstimo a Empresa assumiu a obrigação de não constituir, nem permitir ou contribuir para que sejam constituídas, a favor de Terceiros, sem prévia autorização escrita do Banco, qualquer garantia ou quaisquer outros ónus ou encargos sobre outros bens ou rendimentos que façam ou venham a fazer parte do seu património.

- b) Empréstimo contraído pela Empresa junto do banco BPI, S.A. para financiamento das obras de remodelação de três pisos no edifício da sede. Em 31 de dezembro de 2010 este empréstimo vencia juros postecipados mensais a uma taxa correspondente à Euribor a três meses acrescida de uma margem de 1% e será reembolsado em duas prestações mensais iguais que se vencem em janeiro e fevereiro de 2011.

Como garantia do integral cumprimento deste empréstimo, a Empresa subscreveu uma livrança em branco.

- c) Empréstimo contraído pela Empresa junto do Banco Comercial Português, S.A. para financiamento de necessidades pontuais de tesouraria, cujo vencimento ocorreu no decurso de 2010.



d) A rubrica "Outros Empréstimos Obtidos" respeita a um incentivo financeiro reembolsável previsto no Contrato de Concessão de Incentivos Financeiros, celebrado em 24 de julho de 2001 com o IAPMEI, no âmbito do Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial ("SIME"). O saldo em dívida a 31 de dezembro de 2009 foi reembolsado em 2010.

A Empresa tem igualmente contratadas duas contas correntes caucionadas que vencem juros calculados a taxas normais de mercado, para operações similares e cujos montantes máximos são de 7.481.968,46 euros e 4.729.000 euros, sendo automaticamente renovadas por iguais períodos de 3 meses.

14. Fornecedores e contas a pagar

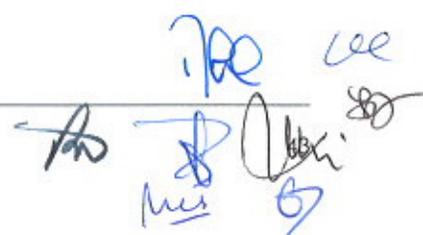
Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tinha o seguinte detalhe:

	2010	2009
Fornecedores	568.606,52	331.768,38
Fornecedores de investimentos	129.314,34	-
	<u>697.920,86</u>	<u>331.768,38</u>

15. Locações financeiras

Em 31 de dezembro de 2010 a Empresa mantinha contas a pagar relativas a contratos de locação financeira de 149.175,18 euros, que se vencem como se segue:

	Capital	Juros	Total
2011	<u>98.938,29</u>	<u>2.369,52</u>	<u>101.307,81</u>
2012	46.817,64	557,72	47.375,36
2013	<u>3.419,25</u>	<u>19,23</u>	<u>3.438,48</u>
	<u>50.236,89</u>	<u>576,95</u>	<u>50.813,84</u>
	<u>149.175,18</u>	<u>2.946,47</u>	<u>152.121,65</u>



 The bottom right corner of the page contains several handwritten signatures and initials in blue ink, including what appears to be 'Lusa' and other illegible marks.

16. Outros passivos não correntes e correntes

	2010	2009
<u>Outros passivos não correntes:</u>		
Passivos por impostos diferidos	172.680,99	177.087,25
<u>Outros passivos correntes:</u>		
Estado e outros entes públicos:		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas - IRC (a)	160.142,38	81.766,28
Retenção de impostos sobre rendimentos - IRS	267.330,22	253.238,08
Imposto sobre o valor acrescentado - IVA	874.195,68	783.874,15
Contribuições para a segurança social	405.823,77	442.073,89
Tributos das autarquias locais	6.809,76	6.662,73
Acionistas/sócios	54.464,56	-
Credores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a liquidar	1.529.976,64	1.569.640,83
Outros acréscimos de gastos:	267.683,81	144.590,66
Pessoal	13.246,03	22.017,15
Outros devedores diversos	223.669,93	162.225,33
Rendimentos a reconhecer	38.588,90	5.959,48
	<u>3.841.931,68</u>	<u>3.472.048,58</u>
 (a) O montante de IRC a pagar tem a seguinte composição:		
Estimativa de imposto do ano (Nota 5)	354.154,93	
Pagamentos por conta	(190.606,22)	
Retenções na fonte	(3.406,33)	
	<u>160.142,38</u>	

17. Perdas de imparidade, processos judiciais e fiscais em curso e provisões

17.1. Perdas de imparidade

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, realizaram-se os seguintes movimentos nos saldos das rubricas de perdas de imparidade acumuladas:

31 de dezembro de 2010:

	Perdas de imparidade em inventários (Notas 3.1.3 e 9)	Perdas de imparidade em dívidas a receber (Nota 3.1.5)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	(668.839,74)	(1.188.136,93)
Reforços	(59.163,96)	(74.235,61)
Anulação/regularização	-	56.906,50
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>(728.003,70)</u>	<u>(1.205.466,04)</u>

31 de dezembro de 2009:

	Perdas de imparidade em inventários (Notas 3.1.3 e 9)	Perdas de imparidade em dívidas a receber (Nota 3.1.5)
Saldo em 31 de dezembro de 2008	(609.675,78)	(1.066.089,94)
Reforços	(59.163,96)	(122.046,99)
Anulação/regularização	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2009	<u>(668.839,74)</u>	<u>(1.188.136,93)</u>

17.2. Processos judiciais

Em 31 de dezembro de 2010, encontram-se a decorrer contra a Empresa diversas ações interpostas por terceiros, que reclamam um total de 2.884.079 Euros (incluindo o processo em sede de IVA descrito na Nota 5), cujos montantes e desfechos não são conhecidos à data de preparação das demonstrações financeiras. Na opinião do Conselho de Administração e dos advogados da Empresa, não se prevê que dessas ações venham a resultar responsabilidades de valores significativos, que não se encontrem cobertas por provisões registadas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 (Nota 17.3).

17.3. Provisões

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, as provisões para riscos e encargos respeitam a processos judiciais em curso e têm o seguinte detalhe:

31 de dezembro de 2010:

Provisões para outros riscos e encargos	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Processos judiciais em curso	109.975,96	-	(9.975,96)	100.000,00

31 de dezembro de 2009:

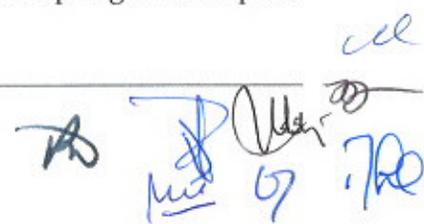
Provisões para outros riscos e encargos	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Processos judiciais em curso	109.975,96	-	-	109.975,96

A provisão registada na rubrica “Provisão para outros riscos e encargos” destina-se a cobrir as perdas estimadas em processos judiciais em curso no Tribunal do Trabalho e foi determinada com base no julgamento que deles fez o Conselho de Administração e nas informações dos advogados da Empresa, quanto ao seu desfecho.

Conforme referido na Nota 5, o Conselho de Administração, suportado no parecer dos seus advogados, entende que do processo judicial, em sede de IVA, movido pela Administração Fiscal, não resultarão encargos para a Empresa, razão pela qual esta situação não se encontra provisionada.

18. Responsabilidades contingentes

Em 31 de dezembro de 2010, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, como segue:



 cel

Clientes	17.945,28
Direção-Geral dos Impostos (a)	<u>3.710.950,00</u>
	<u><u>3.728.895,28</u></u>

(a) Esta garantia respeita ao processo de liquidação adicional de IVA relativo aos exercícios de 2001 e 2002 (Nota 5 e Notas 17.2. e 17.3.).

Adicionalmente, os empréstimos bancários (Nota 3.1.4.3 e Nota 13) são garantidos por livranças em branco subscritas pela Empresa.

19. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, os instrumentos financeiros eram os seguintes:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
<u>Ativos financeiros:</u>		
Contas a receber de terceiros	4.462.411,97	4.167.266,79
Caixa e seus equivalentes (Nota 3.1.4.2 e Nota 4)	<u>2.704.460,42</u>	<u>1.903.930,37</u>
	<u><u>7.166.872,39</u></u>	<u><u>6.071.197,16</u></u>
<u>Passivos financeiros:</u>		
Empréstimos	(5.017.291,50)	(5.407.698,44)
Locações financeiras	(149.175,18)	(211.884,47)
Contas a pagar a terceiros	<u>(4.501.263,64)</u>	<u>(3.797.857,48)</u>
	<u><u>(9.667.730,32)</u></u>	<u><u>(9.417.440,39)</u></u>

20. Prestações de serviços

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, as prestações de serviços foram como segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Mercado nacional	18.769.554,48	18.782.105,36
Mercado externo	<u>443.647,93</u>	<u>418.435,53</u>
	<u><u>19.213.202,41</u></u>	<u><u>19.200.540,89</u></u>

21. Outros rendimentos e gastos operacionais

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, os outros rendimentos e ganhos operacionais foram como segue:

	2010	2009
Subsídios à exploração	91.891,15	74.347,98
Reversões de ajustamentos (Nota 17.1)	56.906,50	-
Reversões de provisões	2.171,66	-
Rendimentos suplementares	15.617,76	12.842,76
Descontos de pronto pagamento obtidos	17.691,98	16.400,12
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	7.118,21	1.476,21
Outros rendimentos e ganhos operacionais	155.809,65	158.673,51
	<u>347.206,91</u>	<u>263.740,58</u>

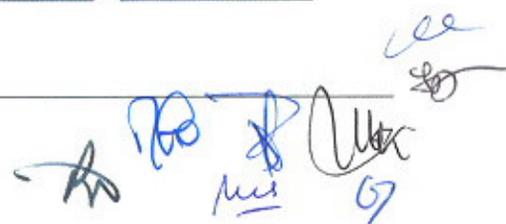
Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, os outros gastos e perdas operacionais foram como segue:

	2010	2009
Perdas por imparidade	133.399,57	181.210,95
Impostos	87.506,20	89.092,93
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	1.328,22	4.349,34
Perdas em inventários	-	433,55
Outros gastos e perdas operacionais	278.424,47	379.102,80
Gastos de depreciação e de amortização	651.156,97	903.816,55
	<u>1.151.815,43</u>	<u>1.558.006,12</u>

22. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas foi como segue:

	2010	2009
<u>Matérias-primas, subsidiárias e de consumo:</u>		
Material de telefax	174,01	73,90
Material de fotografia	-	162,75
Material de informática	4.475,48	4.890,67
Material de fotocópia	2.026,97	2.721,47
Material de escritório	5.292,55	8.077,20
Material de limpeza, higiene e conforto	5.853,14	5.412,02
Livros, jornais e outras publicações	84.341,34	85.421,63
Outros materiais	1.727,17	1.441,98
	<u>103.890,65</u>	<u>108.201,62</u>



23. Fornecimentos e serviços externos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, os fornecimentos e serviços externos foram como segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Trabalhos especializados	665.307,88	756.771,15
Publicidade e propaganda	17.724,99	38.245,66
Vigilância e segurança	94.062,07	92.411,26
Honorários	158.020,61	54.296,37
Conservação e Reparação	315.220,72	208.986,22
Serviço de agências noticiosas	338.011,33	341.838,69
Energia e fluidos	282.853,82	245.781,23
Deslocações, estadas e transportes	400.325,69	410.519,46
Rendas e alugueres	618.260,49	567.776,94
Comunicação	654.955,56	672.515,72
Seguros	58.920,43	64.333,21
Limpeza, higiene e conforto	115.270,90	112.025,10
Correspondentes e colaboradores	973.800,35	858.836,44
Outros	97.608,20	115.907,08
	<u>4.790.343,04</u>	<u>4.540.244,54</u>

24. Gastos com o pessoal

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, os gastos com o pessoal foram como segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Remunerações dos órgãos sociais	133.477,08	152.748,75
Remunerações do pessoal	9.845.301,52	9.805.596,97
Encargos sobre remunerações	1.959.140,29	2.080.307,30
Indemnizações	152.726,54	15.679,40
Outros custos com o pessoal	330.884,15	318.542,52
	<u>12.421.529,58</u>	<u>12.372.874,94</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, o número médio de pessoal ao serviço foi de 254 e 273, respetivamente.



25. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 têm a seguinte composição:

	2010	2009
<u>Juros e gastos similares suportados:</u>		
Com empréstimos bancários	(91.615,48)	(129.376,75)
Com leasing	(3.931,80)	(5.184,16)
Com outros financiamentos	(1,25)	(14.710,11)
	<u>(95.548,53)</u>	<u>(149.271,02)</u>
<u>Juros e rendimentos similares obtidos:</u>		
De depósitos	6.406,94	4.009,25
Outros	482,88	2.538,70
	<u>6.889,82</u>	<u>6.547,95</u>
Resultados financeiros	<u>(88.658,71)</u>	<u>(142.723,07)</u>

26. Resultado por ação

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, o resultado por ação foi como segue:

	2010	2009
Número de ações	2.130.000,00	2.130.000,00
Resultado líquido	654.423,24	465.420,11
Resultado por ação	0,31	0,22

27. Eventos subsequentes

No entendimento do Conselho de Administração não ocorreram, entre a data de balanço e 14 de fevereiro de 2011, considerada como a data relevante para efeitos da autorização para divulgação das demonstrações financeiras, quaisquer eventos que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras.

Do mesmo modo, no entendimento do Conselho de Administração, não ocorreram após a data de balanço quaisquer eventos suscetíveis de proporcionar informação adicional justificativa da sua divulgação no presente Anexo.

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS

Álvaro P. R. F. Juanda Silva

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

[Handwritten signatures of the Board of Directors]

13. Proposta de Aplicação dos Resultados

Para o resultado líquido do exercício de 2010, no montante de 654.423,24 euros, o Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação:

- a) Nos termos do N.º1 do art. 295.º do Código das Sociedades Comerciais, a transferência de 32.721,16 euros para Reservas Legais;
- b) A transferência de 294.490,46 euros para Resultados Transitados.
- c) Distribuição de dividendos: 327.211,62 euros

B – ANEXOS

(Em cumprimento da RCM n.º 49/2007, de 28 de março)

Anexo 1 – Relatório de governo da sociedade

No cumprimento da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março, o Conselho de Administração presta informação, dos aspetos mais relevantes relativos ao Governo da Sociedade, conformes com as orientações emanadas da Direção-Geral do Tesouro e das Finanças.

Enquadramento legal

Além da legislação em geral aplicável às sociedades comerciais e do regime jurídico do setor empresarial do Estado, a Lusa está sujeita a regulamentos próprios pelo fato de se inserir no setor da Comunicação Social.

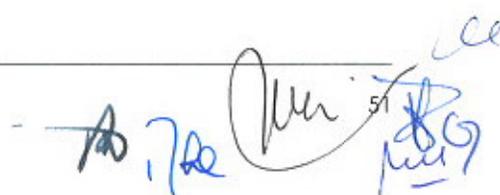
As principais referências regulamentadoras são identificadas no ponto 4 deste relatório, página 10 e, nas secções correspondentes, são expostos em detalhe os objetivos estratégicos, o posicionamento, a visão, a missão e os valores que guiam a atividade da Lusa (cf. página 11).

Objetivos do exercício de 2010

Os objetivos para o exercício de 2010 foram fixados no Plano de Atividades.

O Conselho de Administração considera que foram plenamente atingidos os principais objetivos de curto prazo, definidos para o exercício de 2010, designadamente:

1. Manter a importância nacional e a credibilidade da Agência e melhorar e consolidar a produção e a distribuição dos conteúdos noticiosos, no respeito das obrigações decorrentes do Contrato de Serviço Público e correspondendo com eficácia e tempestividade às necessidades e à evolução dos mercados, nomeadamente às dos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais e das comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo.
2. Crescer na geografia e mercados de língua portuguesa, prosseguindo os esforços tendentes a ampliar a presença e a ação da Agência no espaço lusófono, potenciando os acordos de cooperação e as parcerias já estabelecidas ou a estabelecer com as agências noticiosas dos países da CPLP e estando atenta às oportunidades de venda dos seus serviços nesse espaço.



3. Adotar o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.
 4. Consolidar o conceito de agência multimédia respondendo às crescentes solicitações dos mercados interno e externo, mantendo o rumo de alargamento às delegações e à rede de correspondentes da capacidade de produção integrada de serviços de texto, imagem e som, concluindo para isso o programa de formação iniciado em 2008, requalificando recursos e aumentando a produção multimédia.
 5. Assegurar a produção do Serviço Lusa com distribuição para todas as plataformas.
 6. Crescer em dinâmica comercial, ampliando os contactos comerciais em curso no mercado nacional, e desenvolver as novas oportunidades detetadas na globalização da distribuição para a Web em Língua Portuguesa.
 7. Identificar potenciais novos clientes, exteriores ao mercado tradicional, e estabelecer com eles uma relação comercial duradoira fundamentada na distribuição de serviços multimédia.
 8. Multiplicar a diversidade de produtos e de modelos de negócio, concebidos à medida dos interesses estratégicos do cliente, seja qual for o seu perfil e a sua geografia, encontrando assim novos patamares de receita em serviços com perceção de valor no mercado.
 9. Crescer em capacidade tecnológica e potenciar os investimentos tecnológicos realizados, nomeadamente da nova plataforma de produção e distribuição de conteúdos, apostando nos canais web e prosseguir o desenvolvimento de áreas autónomas de distribuição de novos conteúdos multimédia, nomeadamente conteúdos vídeo.
 10. Alargar as ações de cooperação e as parcerias em curso com outras agências, quer para o desenvolvimento de plataformas tecnológicas comuns, nomeadamente através dos projetos MINDS, CASAM e eMPower, quer na área da produção e distribuição de conteúdos.
 11. Promover e ampliar o fornecimento e distribuição de conteúdos multimédia criando condições para a reconversão digital no mercado português e nos mercados globais de língua portuguesa, especialmente no caso dos PALOP, Macau.
- A linha de negócio [lusa@fonia] exclusivamente pensada para os mercados externos, ficou por concretizar em virtude de a recetividade inicialmente admitida para este novo serviço se ter revelado inexistente.

Transações relevantes com entidades relacionadas

A Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S. A. tem uma participação na EPA – European Pressphoto Agency de quatro ações no valor nominal de 20.000 euros cada, que representam 1,95% do capital.

Não se verificaram transações relevantes.

Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços

Todas as aquisições são objeto de um processo de compra organizado pelo Serviço de Compras e Económico, integrado na Direção Administrativa e Financeira, nos termos do Regulamento de Compras da Lusa.

O processo de compra inicia-se pela consulta ao mercado que é dirigida a pelo menos três potenciais fornecedores. Para aquisições de valor igual ou superior a 500 euros é obrigatória a obtenção de pelo menos três propostas escritas dos potenciais fornecedores.

Universos das transações que não tenham ocorrido em condições de mercado

Não ocorreram.

Lista de fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (no caso de esta percentagem ultrapassar 1Me)

Apenas um fornecedor teve vendas à Lusa cujo valor ultrapassava simultaneamente os 5% do total de fornecimentos e serviços externos e um valor de vendas superior a 1Me: a PT Prime, com prestação de serviços de comunicações e alojamento e manutenção de sistemas avaliada em 1.120.551,93 euros (IVA incluído).

Modelo de governo e identificação dos membros dos órgãos sociais

Os corpos sociais da Lusa foram eleitos em assembleia-geral de acionistas de 27 de março de 2009.

O Conselho de Administração é integrado por um presidente, que desempenha também as funções de administrador delegado e é o único membro executivo; um vice-presidente e cinco vogais, não executivos.

O Conselho Fiscal é constituído por três membros, sendo um deles Revisor Oficial de Contas.

A Mesa da Assembleia-Geral é composta por um presidente, um vice-presidente e um secretário.

É a seguinte a identificação de todos os membros dos órgãos sociais para o mandato correspondente ao triénio 2009-2011, respetivas funções e responsabilidades no âmbito da empresa:

Assembleia-Geral

Presidente: Dra. Teresa Isabel Carvalho Costa.

Vice-Presidente: Dr. José Manuel Pessoa Amorim Durão.

Secretário: Dr. José Pedro Barbosa Berhanda Costa, Secretário

Conselho de Administração

Presidente (Administrador Delegado):

Dr. Amável Afonso Barata Camões

Vice-Presidente não executivo: Prof. Doutor Gustavo Alberto Guerreiro Seabra Leitão Cardoso.

Vogal não executivo: Prof. Dr. Rui Manuel Sobral Centeno

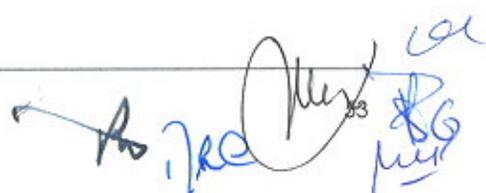
Vogal não executivo: Dra. Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro.

Vogal não executivo: Gabino José Durão Ferreira de Oliveira

Vogal não executivo: Dr. Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira.

Vogal não executivo: Dra. Maria Margarida Zapico Ruivo Baptista de Carvalho Salgado.

Não foram constituídas comissões especializadas integrando membros do Conselho de Administração.



Conselho Fiscal

Presidente: Dra. Maria Leonor Saldanha

Pereira Carreira da Cunha Torres.

Vogal: Dr. João António Oliveira Pires.

ROC Efetivo: Vítor Almeida & Associados,
SROC, Lda.

Dra. Maria de Lurdes Pereira Moreira

Correia de Castro, Vogal: 3.210,00 euros.

Gabino José Durão Ferreira de Oliveira,
Vogal: 2.925,00 euros.

Dr. Rogério Paulo de Saldanha Pereira
Vieira, Vogal: 3.210,00 euros.

Dra. Maria Margarida Zapico Ruivo
Baptista de Carvalho Salgado, Vogal:
2.925,00 Euros.

Remuneração dos membros dos órgãos sociais

Nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março, e, nomeadamente, em cumprimento com o n.º 9 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 155/2005, apresenta-se o elenco completo das remunerações principais e acessórias, incluindo todos os complementos remuneratórios em dinheiro ou em espécie auferidos em 2010 pelos membros dos órgãos sociais eleitos para o mandato de 2009-2011, que respeitam os valores estabelecidos pela Comissão de Fixação de Remunerações da Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A., em reunião realizada no dia 18 de setembro de 2006, e o estipulado no art.º 12.º da Lei 12-A/2010 de 30 de junho.

Conselho Fiscal

Dra. Maria Leonor Saldanha Pereira

Carreira da Cunha Torres, Presidente:

14.788,06 euros.

Dr. João António Oliveira Pires, Vogal:
11.831,82 euros.

Dr. Vítor Almeida & Associados, SROC, Lda.,
ROC Efetivo: 15.750,00 euros.

Mesa da Assembleia-Geral

Dra. Teresa Isabel Carvalho Costa,

Presidente: 275,22 euros.

Dr. José Manuel Pessoa Amorim Durão,

Vice-Presidente: 219,87 euros.

Dr. José Pedro Barbosa Berhan da Costa,

Secretário: 000,00 euros.

O Presidente do Conselho de Administração, Dr. Amável Afonso Barata Camões recebeu, ainda, ajudas de custo no montante de 2.327,10 euros no âmbito de deslocações efetuadas ao serviço da empresa e as despesas com a viatura foram de 16.841,72.

O PCA tem atribuído um plafond anual de 5.000 litros de combustível, tendo consumido 4.573,60 litros a que correspondeu a despesa de 5.147,54 euros. As despesas efetuadas com o cartão de crédito da empresa no exercício das suas funções, em 2010, ascenderam a 6.547,44 euros.

Conselho de Administração

Dr. Amável Afonso Barata Camões,

Presidente (Administrador Delegado):

86.418,02 euros.

Prof. Dr. Gustavo Alberto Guerreiro Seabra

Leitão Cardoso, Vice-Presidente:

3.412,50 euros.

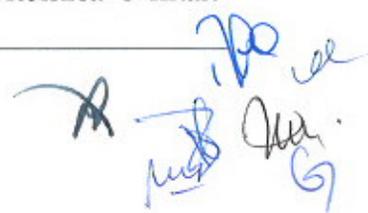
Prof. Dr. Rui Manuel Sobral Centeno, Vogal:

3.210,00 euros.

O regime de previdência aplicável é o do Regime Geral da Segurança Social.

Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental

O Conselho de Administração manteve o rumo prosseguido nos exercícios anteriores visando a recuperação económica e finan-



ceira da sociedade, alicerçada no rigor da gestão, na contenção de custos e no aumento de proveitos.

O Plano de Actividades definiu um conjunto de objetivos principais para o exercício de 2010 (cf. Pag. 51) traçou ações a médio e curto prazo e precisou os objetivos sectoriais para as diferentes áreas de estrutura da Agência.

O Conselho de Administração considera que foram plenamente atingidos os principais objetivos de curto prazo, definidos para o exercício que ora finda.

Tiveram menor concretização, ou esperam melhor oportunidade em função das condições de mercado, alguns outros objetivos traçados para o exercício, conforme exposto nas secções correspondentes do relatório de gestão.

A Lusa adota políticas de proteção ambiental, nomeadamente, no que se refere à periódica verificação da qualidade do ar das instalações da sua sede, ao tratamento e reciclagem de lixos, redução de impressão de fotocópias por via do projeto "paper less", e incrementou a certificação energética do seu edifício-sede, concluída em 27 de maio de 2010.

No paradigma das suas operações, a Lusa adota critérios de sustentabilidade social e desenvolve políticas e práticas de equidade na ligação aos seus clientes e de respeito pelas suas expectativas em relação ao serviço da Agência.

Entre a comunidade humana de trabalho que forma a empresa, a Lusa desenvolve políticas que respeitam o princípio da igualdade de direitos, a dignidade humana, e a solidariedade dos laços sociais, nomeadamente, promovendo e apoiando ações de formação contínua, e assegurando ao Clube Lusa o

indispensável apoio às suas actividades. A intervenção do Clube Lusa reveste-se de especial significado, porquanto presta um serviço socialmente relevante aos seus associados – antigos e atuais trabalhadores da Agência Lusa – através da promoção de iniciativas culturais e recreativas que, pela interação dos participantes, fomentam um saudável espírito de grupo, e propiciam o desenvolvimento de dinâmicas de cultura empresarial favorável aos objetivos da Agência.

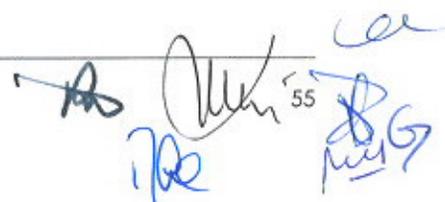
No âmbito da luta contra a pobreza e a exclusão social, a Lusa mantém um protocolo com a CAIS – Associação de Solidariedade Social, desde 1 de janeiro de 2007, através do qual, nomeadamente, garante apoio à instituição na edição da revista Cais com cedência gratuita de fotografias, notícias e reportagens; colaboração na implementação da Agência de Comunicação CAIS e na produção de conteúdos de uma revista de atualidade.

No portal da Agência www.lusa.pt e no portal do Setor Empresarial do Estado www.dgtf.pt está patente e atualizada toda a informação relativa à Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S. A., nos termos previstos na Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março.

No seu portal de notícias a Agência disponibiliza um serviço de notícias aberto ao público em geral visando uma informação de base sobre a atualidade nacional e internacional.

Avaliação sobre o grau de cumprimento dos Princípios de Bom Governo

A Lusa adota os princípios de Bom Governo e cumpre as disposições da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março.



Handwritten signatures and initials, including the number 55, are present at the bottom right of the page.

Anexo 2 - Remunerações e outras regalias dos membros dos órgãos sociais

Mesa Assembleia-Geral

Unid: €

Mandato	Presidente	Vice-Presidente	Secretário
2009-2011	275,22	219,87	0

Conselho Administração

Unid: €

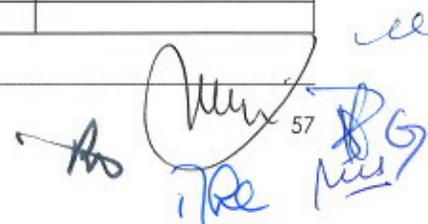
Mandato	P	VPNE	VNE(1)	VNE (2)	VNE (3)	VNE (4)	VNE (5)	TOTAL
1. Remuneração								
1.1. Remuneração base/Fixa	89.287,94	3.500,00	3.300,00	3.300,00	3.000,00	3.300,00	3.000,00	108.687,94
1.2. Redução da Lei 12-A (30/06/2010)	-2.869,92	-87,50	-80,00	-90,00	-75,00	-90,00	-75,00	-3.377,42
1.3. Acumulação de funções de gestão								
1.4. Prémios de gestão								
1.5. Outras (ajudas de custo)	2.327,10							
2. Outras regalias e compensações								
2.1. Gastos de utilização de telefones	2.176,36							
2.2. Valor de aquisição/trenda da viatura de serviço	15.268,45							
2.3. Valor do combustível gasto com a viatura de serviço	5.147,54							
2.4. Subsídio de deslocação Despesas com cartão de crédito	6.547,44							
2.5. Subsídio de refeição								
2.6. Outros (despesas com a viatura de serviço)	1.573,27							
3. Encargos com benefícios sociais								
3.1. Regime convencionado	14.966,15							
3.2. Seguros de saúde	296,48							
3.3. Seguros de vida								
3.4. Outros (Seg.ac.trabalho e doenças profissionais)	401,07							
4. Informações Adicionais								
4.1. Opção pelo vencimento de origem (s/n)								
4.2. Regime convencionado								
4.2.1. Segurança social (S/N)								
4.2.2. Outro (S/N)								
4.3. Ano de aluguer da viatura de serviço	2010							
4.4. Exercício funções remuneradas fora grupo								
4.5. Outras (identificar detalhadamente)								

Legenda: P - Presidente; VPNE - Vice-presidente não executivo; V - Vogal executivo; V.N.E. - Vogal não executivo

Nota: Os valores apresentados neste quadro estão numa ótica de fluxos monetários.

Anexo 3 – Informação a constar no site do SEE

Informação a constar no Site do SEE	DIVULGAÇÃO			Comentários
	S	N	N.A.	
Estatutos atualizados (PDF)	X			Regulamento de Aquisição de Bens e Serviços em vigor desde 1 de janeiro de 2011
Historial Visão Missão e Estratégia	X			
Ficha síntese da empresa	X			
Identificação da Empresa:				
Missão, objetivos, políticas, Obrig Serv público e mod- financia/	X			
Modelo Governo / Identificação de Órgãos Sociais				
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)	X			
Estatuto remuneratório fixado	X			
Remunerações auferidas e demais regalias	X			
Regulamentos e Transações:				
Regulamentos Internos e Externos		X		
Transações Relevantes c/ entidades relacionadas	X			
Outras transações			X	
Análise de sustentabilidade				
Económica	X			
Social	X			
Ambiental	X			
Avaliação do cumprimento dos PBG	X			
Código de Ética	X			
Informação Financeira histórica e atual	X			
Esforço Financeiro	X			
Informação a constar no Site da Empresa	DIVULGAÇÃO			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de Site	X			
Historial - Visão - Missão e Estratégia	X			
Organigrama	X			
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identifica dos órgãos sociais	X			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	X			
Identificação de comissões existentes na sociedade			X	
Identificar sistemas de controlo de riscos	X			
Remuneração dos órgãos sociais	X			
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transações fora das condições de mercado			X	
Transações relevantes com entidades relacionadas	X			
Análise de sustentabilidade				
Económica	X			
Social	X			
Ambiental	X			
Código de Ética	X			
Relatório e Contas	X			
Provedor do cliente			X	
Legenda: S – Sim; N – Não; N. A. – Não aplicável				



 57

Anexo 4 – Gestão do risco financeiro

1. Procedimentos adotados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respetiva:

a. Diversificação de instrumentos de financiamento:

Para o financiamento do investimento em ativo fixo, a empresa recorre ao leasing e a empréstimos bancários de médio e longo prazo. Para o financiamento de necessidades pontuais de tesouraria, a empresa recorre a empréstimos de conta corrente caucionada.

b. Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis:

Dadas as condições existentes no mercado nos últimos anos, a empresa tem vindo a optar pela taxa “Euribor a um mês”.

c. Diversificação de entidades credoras:

A contratação de qualquer instrumento de financiamento só se concretiza após avaliação da consulta efetuada a pelo menos três entidades presentes no mercado.

2. Adopção de política ativa de reforço de capitais permanentes:

a. Consolidação do passivo remunerado através da transformação do passivo, de curto em médio e longo prazo, em circunstâncias de mercado que resultem favoráveis:

Medida prosseguida pela empresa. Em 2011, a empresa prevê amortizar 80% do empréstimo de 5 milhões de euros que se vence em março e refinar, no médio prazo (3 anos), a verba remanescente.

b. Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação:

Na contratação dos financiamentos necessários, a empresa considera este pressuposto.

c. Minimização da prestação de garantias reais:

Os financiamentos contratados não estão cobertos por garantias reais.

d. Minimização de cláusulas restritivas (covenants):

Sim.

3. Medidas prosseguidas com vista à otimização da estrutura financeira da empresa:

a. Adopção de política tendente à minimização da afetação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos anuais e plurianuais:

A empresa procura fazer a cobertura financeira dos investimentos através dos meios libertados pela actividade operacional.

b. Opção privilegiada pelos investimentos que, tendo comprovada rendibilidade social e/ou empresarial, beneficiam de cofinanciamento comunitário e de recursos próprios, sem prejuízo dos subsídios ao investimento atribuídos pelo Estado e pelas dotações de capital aprovadas para o efeito:

A empresa acolhe esta opção quando os investimentos a realizar são elegíveis nos programas comunitários existentes. No passado, a empresa já recorreu a estes instrumentos comunitários (SIME).

c. Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento:

Em 2010, 79% do investimento realizado (288 mil €) foi adquirido com recurso ao auto financiamento.

4. Descrição da evolução da taxa média anual de financiamento, incluindo juros efetivamente suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos associados, nos últimos cinco anos:

	Taxa anual média de financiamento (i)	Juros suportados	Outros encargos
2006	3,49%	403.973,45	31.177,60
2007	7,50%	510.991,35	36.701,04
2008	6,25%	378.684,30	18.591,30
2009	2,40%	134.560,91	10.630,75
2010	1,85%	95.547,28	4.962,90

(i) Juros Suportados c/financiamento/Passivo Remunerado

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'Miguel' and 'Miguel'.

C - RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas,

Nos termos do mandato que nos foi conferido e em cumprimento do disposto na alínea g) do nº 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos elaborar um Relatório Anual e emitir o nosso Parecer sobre o Relatório de Gestão, o Balanço, as Demonstrações dos Resultados, por Naturezas e por Funções, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo a estas demonstrações financeiras, bem como sobre a Proposta de Aplicação de Resultados, apresentados pelo Conselho de Administração da **LUSA – AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL, S.A.**, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

O Conselho Fiscal efectuou, ao longo do exercício de 2010, reuniões mensais para análise da evolução da gestão e acompanhamento da actividade da Sociedade.

Sempre que necessário, por sua iniciativa ou por solicitação do Presidente do Conselho de Administração, reuniu ainda com este Órgão ou com o seu Presidente, onde foram debatidos os assuntos mais relevantes decorrentes da evolução dos negócios da Lusa.

Na realização do seu trabalho, o Conselho Fiscal solicitou, e obteve, o esclarecimento das questões que suscitou, sendo de destacar a colaboração que teve por parte dos Serviços da Lusa, dos seus responsáveis e dos membros do Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal procedeu igualmente à elaboração de Relatórios Trimestrais, suportados nos trabalhos de auditoria desenvolvidos pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que integra este Órgão, onde expressou a síntese das acções desenvolvidas, dos quais foi dado conhecimento ao Conselho de Administração e aos Senhores Accionistas.

No âmbito do processo de encerramento das contas do exercício, o Conselho Fiscal analisou o Relatório de Gestão e os demais Documentos de Prestação de Contas apresentados pelo Conselho de Administração, tendo procedido às verificações e obtenção de esclarecimentos que entendeu convenientes.

O Relatório de Gestão enfatiza os aspectos mais relevantes da actividade da Lusa ao longo do exercício, salientando a consolidação de um ciclo de modernização encetado em anos anteriores, caracterizado pela convergência no processo produtivo de conteúdos noticiosos multimédia para múltiplas plataformas.

Decorrente deste processo, a produção editorial da Agência, ao nível de conteúdos, registou um aumento expressivo face ao ano anterior, o qual foi particularmente expressivo nos suportes vídeo e áudio.

O reflexo deste comportamento, ao nível da facturação, cifrou-se apenas num aumento de 0,07%, tendo o total dos proveitos operacionais aumentado 0,5%, comparativamente ao exercício de 2009.

Para esta situação contribuiu, de forma favorável o aumento da prestação de serviços para os diferentes órgãos de comunicação social e, em sentido contrário, a redução ocorrida no montante associado ao contrato de prestação de serviço noticioso e informativo de interesse público celebrado com o Estado, por força da respectiva indexação à taxa de inflação do ano anterior. Este comportamento conduziu igualmente a uma ligeira redução da dependência da Agência face ao contrato celebrado com o Estado, apesar do mesmo ainda representar cerca de 75% do total dos respectivos proveitos operacionais.

Relativamente à situação económica e financeira, a Lusa continua a evidenciar uma exploração equilibrada, destacando-se a evolução positiva ocorrida ao nível do resultado operacional e do resultado líquido, que aumentaram, respectivamente, 23% e 40% face ao ano de 2009.

Persistem, contudo, algumas situações susceptíveis de afectar este equilíbrio, designadamente o montante de 2.230.197 euros relativo ao arquivo de imagem e 1.856.752 euros de valores a receber do Estado, não reconhecidos por este, que figuram no Activo, mas que poderão não estar associados a rendimentos futuros, e que, globalmente, representam cerca de 47% dos capitais próprios da Lusa.

Adicionalmente, importa ainda ter presente a contingência decorrente das acções que se encontram em Tribunal, pendentes de decisão, relacionadas com correcções efectuadas pela Administração Fiscal, em sede IVA, cujo montante envolvido ascende a cerca de 2,6 milhões de euros, a que acrescerão juros e coimas, em caso de decisão desfavorável à Lusa.

Em nossa opinião, o Relatório de Gestão responde às exigências legais aplicáveis, divulgando de forma adequada a evolução da actividade da Lusa. Contempla igualmente, em capítulo autónomo, um conjunto vasto de informação relativa ao Governo Societário, dando assim cumprimento ao disposto no Decreto-Lei nº 300/2007, de 17 de Dezembro, na RCM nº 49/2007, de 28 de Março, bem como na demais legislação complementar e nas orientações transmitidas pela Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, em representação do accionista Estado.

Os demais documentos de prestação de contas foram auditados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que integra o Conselho Fiscal, a qual emitiu a Certificação Legal das Contas, com a qual se concorda.

O Dr. João António Oliveira Pires, que integrava o Conselho Fiscal, apresentou o pedido de renúncia a estas funções, com efeitos a partir do passado dia 1 de Janeiro de 2011. Deste modo, este órgão encontra-se actualmente reduzido a dois elementos, atendendo ao facto de não ter sido nomeado qualquer membro suplente. Perante esta situação, alertam-se os Senhores Accionistas para a necessidade de proceder à recomposição do Conselho Fiscal.

Finalmente, o Conselho Fiscal expressa os seus agradecimentos ao Conselho de Administração da Lusa, ao responsável pela Direcção Administrativa e Financeira e ao Secretário-Geral, bem como aos demais colaboradores com quem o Conselho Fiscal teve oportunidade de interagir ao longo do exercício, pela colaboração prestada e pelo apoio dispensado à realização do seu trabalho.

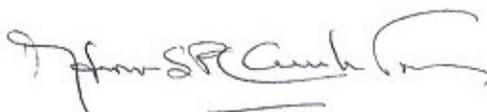
Face ao exposto e tendo em consideração que os documentos de prestação de contas devem ser lidos em conjugação com o teor da Certificação Legal das Contas, com a qual concordamos, somos de parecer que os Senhores Accionistas da **LUSA – AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL, S.A.**

- (a) Aproveem o Relatório de Gestão e os demais Documentos de Prestação de Contas, referentes ao exercício de 2010, apresentados pelo Conselho de Administração;
- (b) Apreciem a Proposta de Aplicação de Resultados expressa pelo Conselho de Administração no seu Relatório de Gestão, a qual está em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis, contemplando a afectação de 5% do resultado apurado à Reserva Legal e 50% para distribuição de Dividendos aos Senhores Accionistas, sendo proposto a transferência do restante para Resultados Transitados;

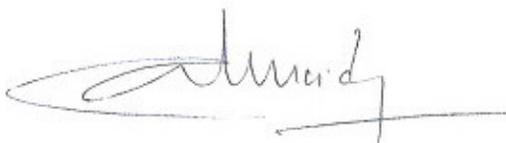
- (c) Procedam à apreciação geral da Administração e da Fiscalização da Sociedade, nos termos previstos no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais;
- (d) Ponderem a possibilidade de proceder à recomposição do Conselho Fiscal, com a nomeação de um Vogal efectivo e, eventualmente, de um Vogal suplente.

Lisboa, 24 de Fevereiro de 2011

O CONSELHO FISCAL



Maria Leonor Saldanha Pereira Carreira da Cunha Torres
Presidente



Vitor Manuel Batista de Almeida,
em representação de Vitor Almeida & Associados, SROC, Lda.

D - CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da LUSA – AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010, (que evidencia um total de Balanço de 18.603.257 euros e um total de Capital Próprio de 8.624.257 euros, incluindo um Resultado Líquido de 654.423 euros), as Demonstrações dos Resultados, por Naturezas e por Funções, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Excepto quanto ao descrito no parágrafo 7., o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVAS

7. Encontram-se posicionados em Outras Contas a Receber, na rubrica de Devedores por Acréscimo de Rendimentos, 1.629.204 euros referentes a despesas suportadas pela Lusa com as Delegações de Jacarta e Dili, em 1999 e 2000, e de Macau e Pequim, em 2000, que a Lusa entende que foram assumidas "na sequência de instruções políticas dadas pela tutela e das quais não existe suporte documental substantivo", não obstante a existência do compromisso da então Secretaria de Estado da Comunicação Social de que tais encargos seriam incluídos no contrato-programa a assinar entre a Lusa e o Estado, o que efectivamente veio a suceder, mas só para os encargos de 2001 e seguintes, exceptuando Jacarta.

Àquele montante acresce ainda a dívida de uma Entidade Pública, no montante de 177.548 euros, posicionada igualmente em Outras Contas a Receber, relativa a serviços prestados a entidades dos PALOP, na maioria das situações associados a protocolos de cooperação entre o Estado Português e as Republicas de Cabo Verde e da Guiné-Bissau, cuja origem remonta a 2004.

De acordo com um relatório elaborado pela Inspeção-Geral de Finanças em 2006, não existem elementos contratuais que suportem os créditos reclamados, admitindo-se que a realização dos serviços que lhe estão associados tenha sido determinada por razões eminentemente políticas. Naquele relatório, que mereceu despacho de concordância do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, reconhece-se, no entanto, que alguns créditos de natureza idêntica, relativos a períodos diferentes, foram satisfeitos.

O Conselho de Administração da Lusa entende que lhe assiste pleno direito ao recebimento destes créditos, no montante global de 1.856.752 euros, tendo para o efeito interposto, em 12 de Maio de 2010, uma acção administrativa contra o Estado Português, no montante global de 3.906.400 euros, onde se incluem juros vencidos associados a estes créditos.

Atendendo a que se desconhece se, e quando, estes créditos virão a ser recebidos, e dado que não se encontra registada qualquer perda de imparidade associada a estes montantes posicionados no activo, não nos é possível concluir se existirá, ou não, uma sobreavaliação do activo e dos capitais próprios, a qual, a verificar-se, será equivalente ao montante que vier a reconhecer-se como não cobrável.

8. Conforme referido nas Notas 2.2., 3.1.3. e 9. do Anexo às Demonstrações Financeiras, os Subprodutos, Desperdícios, Resíduos e Refugos, no montante líquido de 2.230.197 euros, referem-se ao arquivo de imagem, adquirido em 1997 à Agência Lusa de Informação, CIPRL e valorizado nessa data com base numa avaliação, realizada por uma entidade externa, acrescido das imagens produzidas até 31 de Dezembro de 2003, valorizadas com base numa estimativa de receita futura de 1,20 euros cada. O saldo bruto existente no início de cada ano tem sido ajustado com base numa taxa de depreciação de 2%, de que resultou o reconhecimento de um custo, no presente exercício, de 59.164 euros.

Contudo, o rédito gerado no exercício com a venda de direitos de imagens anteriores a 2003 representa apenas 0,12% do total dos réditos gerados com esta actividade, não superando os gastos gerados com a manutenção do arquivo, os quais se encontram adequadamente reconhecidos na conta de resultados do exercício.

Deste modo, entendemos que não são expectáveis benefícios económicos futuros atribuíveis a este arquivo, não estando assim reunidos os critérios exigidos para o respectivo reconhecimento como Activo. Adicionalmente, consideramos ainda que, mesmo que tais critérios estivessem satisfeitos, o reconhecimento destes direitos seria mais adequado numa rubrica de Activos Intangíveis, atento o disposto na NCRF 6.

OPINIÃO

9. Em nossa opinião, sujeito aos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas no parágrafo 7., e excepto quanto aos efeitos da situação descrita no parágrafo 8., as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **LUSA – AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

10. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício

ENFASES

Sem afectar a opinião expressa nos parágrafos anteriores chamamos a atenção para as seguintes situações:

11. Conforme referido nas Notas 5, 17.2., 17.3. e 18. do Anexo às Demonstrações Financeiras, encontram-se pendentes de decisão judicial os recursos apresentados pelo Conselho de Administração, na sequência das correcções efectuadas pela Administração Fiscal, por considerar que as indemnizações compensatórias relativas aos exercícios de 2001 e 2002 estavam sujeitas a tributação em sede de IVA.

Os montantes envolvidos ascendem a cerca de 2,6 milhões de euros, aos quais acrescerão juros e coimas, caso a decisão judicial seja desfavorável à Lusa, não se encontrando constituída qualquer provisão.

O processo de execução fiscal encontra-se suspenso, dado que a Lusa prestou garantia bancária, no montante de 3.710.950 euros, conforme referido na Nota 18. do Anexo, não tendo ocorrido qualquer evolução no exercício.

Nas Certificações Legais das Contas relativas a exercícios anteriores relatámos esta situação como uma Reserva por Limitação de Âmbito. Contudo, face ao novo referencial contabilístico e, mais especificamente, ao disposto na NCRF 21, esta situação é susceptível de ser enquadrada como um passivo contingente, por não satisfazer todos os critérios de reconhecimento exigidos por esta Norma, estando, no entanto, divulgada conforme exigido, razão pela qual alteramos a nossa posição na presente Certificação Legal das Contas.

12. Conforme referido na Nota 1. do Anexo às Demonstrações Financeiras, estas englobam a actividade da Lusa Brasil, a qual, apesar de constituir uma entidade juridicamente autónoma, assume, em termos substanciais, a natureza de uma delegação, idêntica a outras delegações que a Lusa tem dispersas por diversos países, razão pela qual a informação contabilística desta delegação foi integrada nas demonstrações financeiras em análise, procedimento com o qual concordamos.

Lisboa, 24 de Fevereiro de 2011

VITOR ALMEIDA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por:



Vitor Manuel Batista de Almeida



Lusa

Agência de Notícias de Portugal, S.A.

ADENDA AO
RELATÓRIO E CONTAS
2010

ADENDA AO RELATÓRIO E CONTAS 2010

Em adenda ao Relatório e Contas 2010 da Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S. A., o Presidente do Conselho de Administração presta a informação seguinte:

Esclarecimento sobre o modelo e estrutura do Relatório & Contas

Ao elaborar o relatório e contas de 2010, a Lusa seguiu o modelo dos documentos de anos anteriores.

Com efeito, só quando o relatório estava já em fase de ultimateção, a Lusa recebeu um e-mail emanado da Direção Geral do Tesouro, no dia 24 de fevereiro, às 12H02, tendo como “Assunto: SEE – SA (EPNF) – Instruções para a preparação do R&C de 2010”, que continha apenas três anexos, e onde se fazia alusão a um “Ofício circular desta Direcção-Geral, remetido a V. Exa. no corrente mês” que de fato não rececionamos.

À data em que foram comunicadas as orientações para a elaboração do relatório e contas, nomeadamente, através da apresentação de capítulos individualizados, à Lusa não restava materialmente tempo para reelaborar o relatório, sob pena do comprometimento irremediável dos prazos legais para a realização da assembleia-geral anual.



Por esta razão, mantivemos o modelo com as adaptações possíveis, nomeadamente com a inclusão dos anexos, sobretudo, na convicção de que a informação prestada é adequada. Com efeito, a leitura conjugada dos capítulos A – Relatório de Gestão e B – Anexos do Relatório identifica claramente a informação requerida.

Observando os prazos legais e tendo em vista a data da Assembleia-Geral Anual (18 de março de 2010) a Lusa enviou o R&C 2010 aos Senhores Acionistas, no dia 25 de fevereiro de 2010, com a informação necessária, embora não apresentada em capítulos individualizados como nos foi tardiamente comunicado.

Por exemplo, no Anexo 1 pedia-se a inclusão de pontos relativos aos regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita. No referido anexo, a páginas 51 do relatório, é feita menção a essa matéria com um remissivo para a página 10, onde é prestada essa mesma informação, o mesmo sucedendo relativamente ao detalhe dos objetivos estratégicos, remetendo-se para a página 11.

No mesmo anexo 1, a determinado passo, pedia-se uma referência à salvaguarda da competitividade da empresa, designadamente pela via de investigação, da inovação, do desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo: o relatório presta essa informação a páginas 16, no ponto 11 do capítulo A – Relatório de Gestão.

Concluído o necessário esclarecimento, apresenta-se a informação relativa aos capítulos individualizados.

Anexo 1 – Relatório de governo da sociedade

1 - Missão, objetivos e políticas da empresa

Missão. A Lusa, como única agência de notícias portuguesa de âmbito nacional, tem como objetivo a recolha e tratamento de material noticioso ou de interesse informativo, a produção e distribuição de notícias a um alargado leque de utentes (media nacionais e internacionais, empresas e instituições diversas de carácter público e privado) e a prestação ao Estado Português de um serviço de interesse público relativo à informação dos cidadãos.

Objetivos. Afirmar a importância nacional e internacional da Lusa, ajustando qualitativamente os seus serviços e a sua presença no território nacional e no espaço lusófono, no âmbito da circulação democrática e plural da informação noticiosa e no da defesa dos interesses estratégicos externos do Estado Português.

Os objetivos para o exercício de 2010 foram fixados no Plano de Atividades.

O Conselho de Administração considera que foram plenamente atingidos os principais objetivos de curto prazo, definidos para o exercício de 2010, designadamente:

- a) Manter a importância nacional e a credibilidade da Agência e melhorar e consolidar a produção e a distribuição dos conteúdos noticiosos, no respeito das obrigações decorrentes do Contrato de Serviço Público e correspondendo com eficácia e tempestividade às necessidades e à evolução dos mercados, nomeadamente às dos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais e das comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo.

- b) Crescer na geografia e mercados de língua portuguesa, prosseguindo os esforços tendentes a ampliar a presença e a ação da Agência no espaço lusófono, potenciando os acordos de cooperação e as parcerias já estabelecidas ou a estabelecer com as agências noticiosas dos países da CPLP e estando atenta às oportunidades de venda dos seus serviços nesse espaço.
- c) Adotar o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.
- d) Consolidar o conceito de agência multimédia respondendo às crescentes solicitações dos mercados interno e externo, mantendo o rumo de alargamento às delegações e à rede de correspondentes da capacidade de produção integrada de serviços de texto, imagem e som, concluindo para isso o programa de formação iniciado em 2008, requalificando recursos e aumentando a produção multimédia.
- e) Assegurar a produção do Serviço Lusa com distribuição para todas as plataformas.
- f) Crescer em dinâmica comercial, ampliando os contactos comerciais em curso no mercado nacional, e desenvolver as novas oportunidades detetadas na globalização da distribuição para a Web em Língua Portuguesa.
- g) Identificar potenciais novos clientes, exteriores ao mercado tradicional, e estabelecer com eles uma relação comercial duradoira fundamentada na distribuição de serviços multimédia.
- h) Multiplicar a diversidade de produtos e de modelos de negócio, concebidos à medida dos interesses estratégicos do cliente, seja qual for o seu perfil e a sua geografia, encontrando assim novos patamares de receita em serviços com perceção de valor no mercado.

- i) Crescer em capacidade tecnológica e potenciar os investimentos tecnológicos realizados, nomeadamente da nova plataforma de produção e distribuição de conteúdos, apostando nos canais web e prosseguir o desenvolvimento de áreas autónomas de distribuição de novos conteúdos multimédia, nomeadamente conteúdos vídeo.
- j) Alargar as ações de cooperação e as parcerias em curso com outras agências, quer para o desenvolvimento de plataformas tecnológicas comuns, nomeadamente através dos projetos MINDS, CASAM e eMPower, quer na área da produção e distribuição de conteúdos.
- k) Promover e ampliar o fornecimento e distribuição de conteúdos multimédia criando condições para a reconversão digital no mercado português e nos mercados globais de língua portuguesa, especialmente no caso dos PALOP, Macau.

A linha de negócio [lusa@fonia] exclusivamente pensada para os mercados externos, ficou por concretizar em virtude de a recetividade inicialmente admitida para este novo serviço se ter revelado inexistente.

Políticas da Empresa. Além do interesse público, os princípios que orientam a actividade e comportamentos dentro da organização são a clareza, o rigor, a isenção, a pluralidade da informação, a rapidez, a qualidade e o trabalho em equipa.

Valores. Além do interesse público, os princípios que orientam a produção noticiosa da Lusa são: a clareza – facilmente inteligível; o rigor – equilíbrio, separação entre fatos e opiniões, identificação das fontes; isenção – autonomia, distanciamento e independência perante os fatos e opiniões divulgados; a pluralidade – neutralidade perante as forças políticas, neutralidade e equilíbrio dos conteúdos emitidos, representação das forças e correntes políticas, ideológicas, culturais, sociais e religiosas existentes na sociedade; a fiabilidade – garantia de confiança; e a tempestividade da informação – produção e divulgação da informação quase em simultâneo com o tempo próprio da sua ocorrência.

Cumprimento. A Lusa considera cumpridos a missão e os objetivos atrás enunciados.

2 - Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita

Além da legislação em geral aplicável às sociedades comerciais e do regime jurídico do setor Empresarial do Estado, a Lusa está sujeita a regulamentos próprios pelo facto de se inserir no setor da Comunicação Social.

Entre outros, destacam-se os principais:

- Lei n.º 2/99, de 13 de janeiro, que aprovou a Lei de Imprensa com a última alteração pela Lei n.º 18/2003, de 11 de junho, que aprova o regime jurídico da concorrência e dá nova redação ao n.º 4 do artigo 4.º da Lei da Imprensa.
- Lei n.º 1/99, de 13 de janeiro, que aprovou o Estatuto do Jornalista e que foi alterada e republicada pela Lei n.º 64/2007, de 6 de novembro.
- Código Deontológico dos Jornalistas, aprovado em 4 de maio de 1993.
- Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, celebrado entre a empresa e o Estado Português a 31 de julho de 2007.
- Lei n.º 53/2005, de 8 de novembro, que cria a ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social.
- Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto e com a última alteração pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro.
- Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, com a última alteração operada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, que aprovou o estatuto do gestor público, nomeadamente o regime das incompatibilidades.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março, que estabelece os princípios de bom governo das empresas do setor empresarial do Estado.
- Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que estabelece o novo regime da contratação pública e que revogou o Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de março e o Decreto-Lei n.º 197/99.



- Resolução do Conselho de Ministros N.º 70/2008, de 22 de abril que estabelece as orientações estratégicas do Estado destinadas à globalidade do setor empresarial do Estado.
- Código de Ética da Lusa aprovado pelo Conselho de Administração em 19 de dezembro de 2008, disponível em www.lusa.pt
- Acordo de Empresa entre a Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A., e o Sindicatos dos Jornalistas e outros, publicado no Boletim de Trabalho e Emprego n.º 15, de 22 de abril de 2009.

3 - Informação sobre as transações relevantes com entidades relacionadas

A Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S. A. tem uma participação na EPA – European Pressphoto Agency de quatro ações no valor nominal de 20.000 euros cada, que representam 1,95% do capital.

Não se verificaram transações relevantes.

4 - Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços

Todas as aquisições são objeto de um processo de compra organizado pelo Serviço de Compras e Económico, integrado na Direção Administrativa e Financeira, nos termos do Regulamento de Compras da Lusa.

O processo de compra inicia-se pela consulta ao mercado que é dirigida a pelo menos três potenciais fornecedores. Para aquisições de valor igual ou superior a 500 euros é obrigatória a obtenção de pelo menos três propostas escritas dos potenciais fornecedores.

Universos das transações que não tenham ocorrido em condições de mercado

Não ocorreram.

Lista de fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (no caso de esta percentagem ultrapassar 1Me)

Apenas um fornecedor teve vendas à Lusa cujo valor ultrapassava simultaneamente os 5% do total de fornecimentos e serviços externos e um valor



de vendas superior a 1Me: a PT Prime, com prestação de serviços de comunicações e alojamento e manutenção de sistemas avaliada em 1.120.551,93 euros (IVA incluído).

5 - Indicação do modelo de governo e identificação dos membros dos órgãos sociais

Os corpos sociais da Lusa foram eleitos em assembleia-geral de acionistas de 27 de março de 2009.

O Conselho de Administração é integrado por um presidente, que desempenha também as funções de administrador delegado e é o único membro executivo; um vice-presidente e cinco vogais, não executivos.

O Conselho Fiscal é constituído por três membros, sendo um Revisor Oficial de Contas.

A Mesa da Assembleia-geral é composta por uma presidente, um vice-presidente e um secretário.

É a seguinte a identificação de todos os membros dos órgãos sociais para o mandato correspondente ao triénio 2009-2011, respetivas funções e responsabilidades no âmbito da empresa.

Assembleia-Geral

Presidente: Dra. Teresa Isabel Carvalho Costa.

Vice-Presidente: Dr. José Manuel Pessoa Amorim Durão.

Secretária: Dr. José Pedro Barbosa Berhan da Costa, Secretário

Conselho de Administração

Presidente e Administrador Delegado: Dr. Amável Afonso Barata Camões

Vice-Presidente não executivo: Prof. Doutor Gustavo Alberto Guerreiro Seabra Leitão Cardoso.

Vogal não executivo: Prof. Dr. Rui Manuel Sobral Centeno

Vogal não executivo: Dra. Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro.

Vogal não executivo: Gabino José Durão Ferreira de Oliveira

Vogal não executivo: Dr. Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira.

Vogal não executivo: Dra. Maria Margarida Zapico Ruivo Baptista de Carvalho Salgado.

Não foram constituídas comissões especializadas integrando membros do Conselho de Administração.

Conselho Fiscal

Presidente: Dra. Maria Leonor Saldanha Pereira Carreira da Cunha Torres.

Vogal: Dr. João António Oliveira Pires.

ROC Efetivo: Vítor Almeida & Associados, SROC, Lda.

6 - Remuneração dos membros dos órgãos sociais

Nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março, e, nomeadamente, em cumprimento com o n.º 9 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 155/2005, apresenta-se o elenco completo das remunerações principais e acessórias, incluindo todos os complementos remuneratórios em dinheiro ou em espécie auferidos em 2010 pelos membros dos órgãos sociais eleitos para o mandato de 2009-2011, que respeitam os valores estabelecidos pela Comissão de Fixação de Remunerações da Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A., em reunião realizada no dia 18 de setembro de 2006, e o estipulado no art.º 12.º da Lei 12-A/2010 de 30 de junho.

Mesa da Assembleia-Geral

Dra. Teresa Isabel Carvalho Costa, Presidente: 275,22 euros.

Dr. José Manuel Pessoa Amorim Durão, Vice-Presidente: 219,87 euros.

Dr. José Pedro Barbosa Berhan da Costa, Secretário: 000,00 euros.

Conselho de Administração

Dr. Amável Afonso Barata Camões, Presidente (Administrador Delegado):
85.142,54 Euros.

Prof. Dr. Gustavo Alberto Guerreiro Seabra Leitão Cardoso, Vice-Presidente:
3.412,50 Euros.



Prof. Dr. Rui Manuel Sobral Centeno, Vogal: 3.210,00 euros.

Dra. Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro, Vogal: 3.210,00 euros.

Gabino José Durão Ferreira de Oliveira, Vogal: 2.925,00 euros.

Dr. Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira, Vogal: 3.210,00 euros.

Dra. Maria Margarida Zapico Ruivo Baptista de Carvalho Salgado, Vogal:
2.925,00 Euros.

Conselho Fiscal

Dra. Maria Leonor Saldanha Pereira Carreira da Cunha Torres, Presidente:
14.788,06 euros.

Dr. João António Oliveira Pires, Vogal: 11.831,82 euros.

Dr. Vítor Almeida & Associados, SROC, Lda., ROC Efetivo: 15.750,00 euros.

O presidente do Conselho de Administração, Dr. Amável Afonso Barata Camões recebeu, ainda, ajudas de custo no montante de 2.327,10 euros no âmbito de deslocações efetuadas ao serviço da empresa e as despesas com a viatura foram de 16.704,01.

O PCA tem atribuído um plafond anual de 5.000 litros de combustível, tendo consumido 4.573,60 litros a que correspondeu a despesa de 5.147,54 euros. As despesas efetuadas com o cartão de crédito da empresa no exercício das suas funções, em 2010, ascenderam a 6.547,44 euros.

Nos termos Lei 12-A, de 30 de junho de 2010 foi reduzida a remuneração do Presidente do Conselho de Administração e Administrador Delegado em 5 por cento

O regime de previdência aplicável é o do Regime Geral da Segurança Social.

7 - Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental

O Conselho de Administração manteve o rumo prosseguido nos exercícios anteriores visando a recuperação económica e financeira da sociedade, alicerçada no rigor da gestão, na contenção de custos e no aumento de proveitos.

O Plano de Actividades definiu um conjunto de objetivos principais para o exercício de 2010, traçou ações a médio e curto prazo e precisou os objetivos sectoriais para as diferentes áreas de estrutura da Agência.

O Conselho de Administração considera que foram plenamente atingidos os principais objetivos de curto prazo, definidos para o exercício que ora finda.

Como principais riscos para a actividade e para o futuro da empresa, a Lusa identifica a eventual saída de quadros jornalistas qualificados face à redução de remuneração imposta pela Lei da Lei 55-A/2010, de 31 de dezembro; eventual redução do valor do contrato com o Estado; agravamento da crise no mercado tradicional de comunicação social.

No paradigma das suas operações, a Lusa garante a promoção da igualdade de oportunidades, de respeito pelos direitos humanos, e de não discriminação; adota critérios de sustentabilidade social e desenvolve políticas e práticas de equidade na ligação aos seus clientes e de respeito pelas suas expectativas em relação ao serviço da Agência.

Quanto à gestão de recursos humanos, a Lusa promove a valorização individual alicerçada no mérito, através do sistema de avaliação de desempenho, da atribuição do Prémio Lusa, e do apoio às atividades do Clube Lusa. A intervenção do Clube Lusa reveste-se de especial significado, porquanto presta um serviço socialmente relevante aos seus associados – antigos e atuais trabalhadores da Agência Lusa – através da promoção de iniciativas culturais e recreativas que, pela interação dos participantes, fomentam um saudável espírito de grupo, e propiciam o desenvolvimento de dinâmicas de cultura empresarial favorável aos objetivos da Agência.

No âmbito da luta contra a pobreza e a exclusão social, a Lusa mantém um protocolo com a CAIS – Associação de Solidariedade Social, desde 1 de janeiro

de 2007, através do qual, nomeadamente, garante apoio à instituição na edição da revista Cais com cedência gratuita de fotografias, notícias e reportagens; colaboração na implementação da Agência de Comunicação CAIS e na produção de conteúdos de uma revista de atualidade.

A Lusa tem desenvolvido a produção de novos produtos multimédia cujo crescimento foi assinalável no ano de 2010 em termos de oferta e de procura, repercutindo-se positivamente no valor acrescentado para o acionista.

A Lusa adota políticas de proteção ambiental, nomeadamente, no que se refere à periódica verificação da qualidade do ar das instalações da sua sede, ao tratamento e reciclagem de lixos, redução de impressão de fotocópias por via do projeto “paper less”, e incrementou a certificação energética do seu edifício-sede, concluída em 27 de maio de 2010.

A Lusa contribui para a inclusão social (empregabilidade) não fazendo quaisquer discriminações nem aceção de pessoas.

A qualidade dos serviços prestados pela Lusa, nos termos da Cláusula Sexta do Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, celebrado entre o Estado e a Lusa, em 31 de julho de 2007, é monitorizada pelo Gabinete para os Meios de Comunicação Social que, para o efeito e sobre o assunto, produz dois relatórios semestrais com base numa grelha de avaliação da qualidade dos serviços e através de um inquérito aos clientes.

O rigor e a qualidade do trabalho produzido pela Lusa são assinalados em testemunhos do Gabinete para os Meios de Comunicação Social e, em geral, pelos clientes da Agência que destacam, em primeiro lugar, o rigor e a isenção das notícias e a distribuição rápida dos serviços noticiosos. Nas restantes áreas da atividade da Lusa realçam a fiabilidade e a rapidez da informação prestada.

A Lusa prosseguiu a atividade no campo da inovação/modernização através do envolvimento em diferentes projetos que lhe permitiram o reconhecimento de

excelência da EANA com o prémio que lhe atribuiu pela European Alliance of News Agencies.

Em 2010 as ações de inovação/modernização na Lusa tiveram como expressão mais relevante:

- Desenvolvimento de duas aplicações móveis para smartphones, com a marca Lusa – para equipamentos iPhone e Android – com as notícias e fotos produzidas pela Lusa na sua linha Internet. Tais aplicações estão disponíveis para venda com marca branca aos clientes.
- Projeto de mudança do *site* público da Lusa, que deverá ser colocado em produtivo no primeiro trimestre de 2011.
- Aplicação da nova versão V3 do sistema LUNA, sem perturbação do normal funcionamento da agência. Esta nova versão trouxe melhorias evidentes e comprovadas a vários níveis, nomeadamente na nova interface, produtividade dos jornalistas, mais opções e flexibilidade, pesquisas, *instant messaging*, mais funcionalidades na Agenda, além de outras vantagens técnicas ao nível da base de dados.

A Lusa prosseguiu, igualmente, a sua participação em projetos europeu em que está envolvida – CASAM e eMPWER:

- O Projeto CASAM entrou no seu terceiro e último ano de vida. Trata-se de um projeto de investigação para anotação semi-automática de conteúdos multimédia, subsidiado pela Comissão Europeia (CE) e realizado por consórcio que, além da Lusa, inclui organizações de vários países, como sejam empresas de comunicação social, universidades, centros de investigação e empresas de tecnologia.
- O Projecto eMPower entrou no segundo e último ano de vida. Visa a criação de mecanismos, como petições eletrónicas, que facilitem e potenciem a

participação dos cidadãos e das ONG (Organizações Não-Governamentais) nas decisões/políticas nacionais e europeias, sobretudo as relacionadas com o ambiente. Neste projeto a Lusa está em consórcio com outras agências de notícias, ONG's e empresas de tecnologia de três países europeus (Portugal, Grécia e Itália).

No último trimestre de 2010, a Lusa integrou o Projeto Puzzled-by-Policy, também co-financiado pela CE e com a duração de três anos. Este projeto tem como objetivo a e-democracia, em particular através do alargamento da discussão sobre temas de migração e emigração em todos os países europeus, com o uso de plataformas eletrónicas específicas. A Lusa é responsável pela disseminação do projeto e dos seus resultados.

Em termos de planos de ação para o futuro, a Lusa considera essencial a prossecução da estratégia de consolidação de uma agência multimédia a produzir e distribuir informação para várias plataformas, mantendo o elevado grau de desempenho no cumprimento do serviço público que lhe está cometido.

8 - Viabilidade do cumprimento dos Princípios de Bom Governo, devidamente fundamentada

A Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S. A. considera reuinar as condições necessárias para cumprir os princípios de bom governo.

9 - Existência de Código de Ética

A Lusa adota o Código de Ética aprovado pelo Conselho de Administração em 19 de dezembro de 2008.

10 - Informação sobre a existência de um sistema de controlo compatível com a dimensão e complexidade da empresa, de modo a proteger os investimentos e os seus ativos, o qual deve abarcar todos os riscos relevantes para a empresa (ponto 19 RCM 49/2007).

A Lusa dispõe de normas de controlo interno e de risco que abrangem as seguintes áreas: compras e contas a pagar, receita (faturação), tesouraria (pagamentos), pessoal (administração de pessoal), gestão de ativos tangíveis, função fiscal, e reporting financeiro.

11 - Identificação dos mecanismos adotados com vista à prevenção de conflitos de interesses (ponto 22 RCM 49/2007).

Código de Ética da Lusa. A Agência não contrata a aquisição de bens e serviços a entidades de que tenha conhecimento que são propriedade de seus colaboradores.

12 - Explicitação fundamentada da divulgação de toda a informação atualizada prevista na RCM nº 49/2007, de 28 de Março

No portal da Agência www.lusa.pt e no portal do setor Empresarial do Estado www.dgtf.pt está patente e atualizada toda a informação relativa à Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S. A., nos termos previstos na Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março.

Anexo 2 - Remunerações e outras regalias dos membros dos órgãos sociais

Mesa Assembleia-Geral

Unid: €

Mandato	Presidente	Vice-Presidente	Secretário
2009-2011	275,22	219,87	0

Conselho Administração

Mandato	P	VPNE	VNE(1)	VNE (2)	VNE (3)	VNE (4)	VNE (5)	TOTAL
1. Remuneração								
1.1. Remuneração base/Fixa	89.287,94	3.500,00	3.300,00	3.300,00	3.000,00	3.300,00	3.000,00	108.687,94
1.2. Redução da Lei 12-A (30/06/2010)	-2.869,92	-87,50	-90,00	-90,00	-75,00	-90,00	-75,00	-3.377,42
1.3. Acumulação de funções de gestão								
1.4. Prémios de gestão								
1.5. Outras (ajudas de custo)	2.327,10							
2. Outras regalias e compensações								
2.1. Gastos de utilização de telefones	2.176,36							
2.2. Valor de aquisição/renda da viatura de serviço	15.268,45							
2.3. Valor do combustível gasto com a viatura de serviço	5.147,54							
2.4. Subsídio de deslocação Despesas com cartão de crédito	6.547,44							
2.5. Subsídio de refeição								
2.6. Outros (despesas com a viatura de serviço)	1.573,27							
3. Encargos com benefícios sociais								
3.1. Regime convencionado	14.966,15							
3.2. Seguros de saúde	296,48							
3.3. Seguros de vida								
3.4. Outros (Seg.ac.trabalho e doenças profissionais)	401,07							
4. Informações Adicionais								
4.1. Opção pelo vencimento de origem (s/n)								
4.2. Regime convencionado								
4.2.1. Segurança social (S/N)								
4.2.2. Outro (S/N)								
4.3. Ano de aluguer da viatura de serviço	2010							
4.4. Exercício funções remuneradas fora grupo								
4.5. Outras (identificar detalhadamente)								

Legenda: P – Presidente; VPNE – Vice-presidente não executivo; V – Vogal executivo; V.N.E. – Vogal não executivo

Nota: Os valores apresentados neste quadro estão numa ótica de fluxos monetários.

Órgão de Fiscalização

Unid: €

Mandato	Presidente	Vogal	Roc
2009-2011	14.788,06	11.831,82	15.750,00



 16

Anexo 3 – Informação a constar no site do SEE

Informação a constar no Site do SEE	DIVULGAÇÃO			Comentários
	S	N	N.A.	
Estatutos atualizados (PDF)	X			Regulamento de Aquisição de Bens e Serviços em vigor desde 1 de janeiro de 2011
Historial Visão Missão e Estratégia	X			
Ficha síntese da empresa	X			
Identificação da Empresa:				
Missão, objetivos, políticas, Obrig Serv público e mod- financeira/	X			
Modelo Governo / Identificação de Órgãos Sociais				
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)	X			
Estatuto remuneratório fixado	X			
Remunerações auferidas e demais regalias	X			
Regulamentos e Transações:				
Regulamentos Internos e Externos		X		
Transações Relevantes c/ entidades relacionadas	X			
Outras transações			X	
Análise de sustentabilidade				
Económica	X			
Social	X			
Ambiental	X			
Avaliação do cumprimento dos PBG	X			
Código de Ética	X			
Informação Financeira histórica e atual	X			
Esforço Financeiro	X			
Informação a constar no Site da Empresa	DIVULGAÇÃO			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de Site	X			
Historial - Visão - Missão e Estratégia	X			
Organigrama	X			
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identifica dos órgãos sociais	X			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	X			
Identificação de comissões existentes na sociedade			X	
Identificar sistemas de controlo de riscos	X			
Remuneração dos órgãos sociais	X			
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transações fora das condições de mercado			X	
Transações relevantes com entidades relacionadas	X			
Análise de sustentabilidade				
Económica	X			
Social	X			
Ambiental	X			
Código de Ética	X			
Relatório e Contas	X			
Provedor do cliente			X	
Legenda: S – Sim; N – Não; N. A. – Não aplicável				

Anexo 4 – Gestão do Risco Financeiro

1. Procedimentos adotados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respetiva:

a. Diversificação de instrumentos de financiamento:

Para o financiamento do investimento em ativo fixo, a empresa recorre ao leasing e a empréstimos bancários de médio e longo prazo. Para o financiamento de necessidades pontuais de tesouraria, a empresa recorre a empréstimos de conta corrente caucionada.

b. Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis:

Dadas as condições existentes no mercado nos últimos anos, a empresa tem vindo a optar pela taxa "Euribor a um mês".

c. Diversificação de entidades credoras:

A contratação de qualquer instrumento de financiamento só se concretiza após avaliação da consulta efetuada a pelo menos três entidades presentes no mercado.

d. Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado.

Considerando as condições de mercado e as operações realizadas pela Lusa, não se tem justificado a contratação de instrumentos derivados para a gestão de cobertura de riscos (taxas de juro e de câmbio ou outras).

2. Adopção de política ativa de reforço de capitais permanentes:

a. Consolidação do passivo remunerado através da transformação do passivo, de curto em médio e longo prazo, em circunstâncias de mercado que resultem favoráveis:

Medida prosseguida pela empresa. Em 2011, a empresa prevê amortizar 80% do empréstimo de 5 milhões de euros que se vence em março e refinanciar, no médio prazo (3 anos), a verba remanescente.

b. Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação:

Na contratação dos financiamentos necessários, a empresa considera este pressuposto.

c. Minimização da prestação de garantias reais:

Os financiamentos contratados não estão cobertos por garantias reais.

d. Minimização de cláusulas restritivas (covenants):

Sim.

3. Medidas prosseguidas com vista à otimização da estrutura financeira da empresa:

a. Adopção de política tendente à minimização da afetação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos anuais e plurianuais:

A empresa procura fazer a cobertura financeira dos investimentos através dos meios libertados pela actividade operacional.

b. Opção privilegiada pelos investimentos que, tendo comprovada rendibilidade social e/ou empresarial, beneficiam de cofinanciamento

comunitário e de recursos próprios, sem prejuízo dos subsídios ao investimento atribuídos pelo Estado e pelas dotações de capital aprovadas para o efeito:

A empresa acolhe esta opção quando os investimentos a realizar são elegíveis nos programas comunitários existentes. No passado, a empresa já recorreu a estes instrumentos comunitários (SIME).

c. Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento:

Em 2010, 79% do investimento realizado (288 mil €) foi adquirido com recurso ao auto financiamento.

4. Inclusão no R&C

1. Descrição da evolução da taxa média anual de financiamento, incluindo juros efetivamente suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos associados, nos últimos cinco anos:

	Taxa anual média de financiamento (i)	Juros suportados	Outros encargos
2006	3,49%	403.973,45	31.177,60
2007	7,50%	510.991,35	36.701,04
2008	6,25%	378.684,30	18.591,30
2009	2,40%	134.560,91	10.630,75
2010	1,85%	95.547,28	4.962,90

(i) Juros Suportados c/financiamento/Passivo Remunerado

2. Juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos:

Descrição	2006	2007	2008	2009	2010
Empréstimos bancários	375.489,40	475.724,05	358.867,64	129.376,75	91.615,48
Leasing	28.484,05	35.267,30	19.816,66	5.184,16	3.931,80
Outros	19.512,66	20.958,99	21.218,59	14.710,11	1,25
Total	423.486,11	531.950,34	399.902,89	149.271,02	95.548,53

3. Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro:

A Lusa tem privilegiado sobretudo o auto financiamento, razão pela qual não tem recorrido a instrumentos de gestão de risco financeiro.

4. Reflexão nas DF do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira:

Não aplicável.

5. Evolução do prazo médio de pagamento (PMP) a fornecedores, em conformidade com a RCM 34/2008, de 22 de fevereiro, que aprovou o Programa Pagar a Tempo e Horas, com a alteração introduzida no Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril:

Em 2010 o prazo médio de pagamentos foi de 56 dias o que, relativamente ao período homólogo traduz um agravamento de 14 dias.

6. Cumprimento dos deveres especiais de informação, nos termos do Despacho n.º 14277/2008, de 23 de maio, designadamente, por via do reporte à DGTF e a IGF dos: planos de atividades anuais e plurianuais; orçamentos anuais, incluindo estimativa das operações financeiras com o Estado; planos de investimentos anuais e plurianuais e respetivas fontes de financiamento; relatórios trimestrais de execução orçamental, acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização; cópias das atas das assembleias-gerais.

A Lusa cumpriu os deveres de informação atrás enunciados.

7. As diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da aprovação das contas de 2009.

O Conselho de Administração cumpriu as recomendações dos acionistas emitidas a quando a aprovação as contas de 2009.

8. Cumprimento das “orientações genéricas sobre negociações salariais para as empresas públicas, nos termos do ofício n.º 1730, de 25 de fevereiro de 2010, da DGTF “...não atualização dos salários nominais para o corrente ano...”

A Lusa não atualizou os salários em 2010 e cumpriu o respetivo dever de informação por carta de 16 de junho de 2010 dirigida ao DGTF.

9. Cumprimento do Despacho de 25 de Março de 2010 do Ministro de Estado e das Finanças (MEF), comunicado através de ofício circular n.º 2590, de 26 de Março de 2010, que determina a não atribuição de prémios de gestão nos anos de 2010 e 2011, aos membros do órgão de administração.

A situação não se aplica à Lusa que não atribui prémios de gestão aos membros do órgão de administração.

10. Ao cumprimento da orientação constante no Despacho n.º 438/10-SETF, de 10 de maio, transmitida através do ofício circular n.º 6132, de 6 de agosto de 2010, desta Direcção-Geral, relativamente às normas de contratação pública:

“Considerando que as empresas públicas, em matéria de contratação, se regem atualmente pelo Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, e que os gestores públicos se encontram vinculados aos deveres de rigor, zelo e diligência, determina-se às empresas públicas o seguinte:

- Nos contratos de prestação de serviços de valor igual ou superior a 125.000€ (s/IVA):

- ✓ **A adjudicação seja precedida da necessidade de contratar, tanto do ponto de vista económico, como da ausência de soluções internas, bem como da explicitação dos objetivos que se pretende alcançar;**
- ✓ **Os resultados obtidos sejam objeto de avaliação;**
- ✓ **Os desvios quanto à realização temporal e financeira sejam justificados.**
 - **Os relatórios de gestão passem a incluir um ponto sobre o modo como foram aplicadas as normas de contratação pública, sendo que, nas empresas-mãe de grupos públicos, esse ponto deverá incluir todas as empresas em que estas participem maioritariamente.**
 - **As empresas-mãe dos grupos públicos deverão transmitir às respetivas participadas maioritariamente, as obrigações previstas nos números 1 e 2 do presente ofício e garantir o seu cumprimento por parte daquelas.”**

A Lusa não celebrou contratos públicos em 2010.

11. Cumprimento dos limites máximos de acréscimo de endividamento definidos para 2010 no PEC e aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 29/2010, de 12 de abril, e explicitados no Despacho n.º 510/10-SETF, de 1 de junho, comunicado pelo Ofício circular n.º 4348, de 1 de junho de 2010, desta Direcção-Geral:

Em 2010 o passivo remunerado registou uma diminuição de 453 mil euros face ao período homólogo.

12. Implementação de medidas previstas no Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC), ao nível da racionalização de política de aprovisionamento de bens e serviços, designadamente sobre a adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP).

A Lusa não desenvolveu nenhuma diligência no sentido de aderir ao Sistema Nacional de Compras Públicas.

13. Cumprimento do previsto no artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho: “ A remuneração fixa mensal ilíquida dos gestores públicos executivos e não executivos, incluindo os pertencentes ao sector público local e regional, e dos equiparados a gestores públicos, é reduzida a título excecional em 5%.”

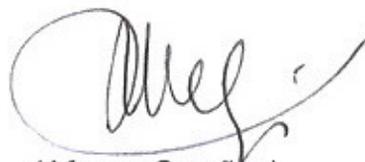
A Lusa reduziu em 5 por cento a remuneração do Presidente do Conselho de Administração nos termos previstos no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010.

14. Cumprimento do previsto no artigo 17º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, ao nível do Princípio da Unidade de Tesouraria, segundo o qual “... as entidades que integram o sector empresarial do Estado,, devem manter as suas disponibilidades e aplicações financeiras junto do IGCP, I.P....”.

A Lusa solicitou a abertura de conta ao IGCP, em 14 de fevereiro de 2011, e aguarda a conclusão do processo.

Lisboa, 3 de março de 2011

O Presidente do Conselho de Administração



(Afonso Camões)